

DELIBERAÇÃO Nº055/2013 – CEAS/PR

O CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CEAS/PR, reunido ordinariamente no dia 02 de agosto de 2013 e no uso de suas atribuições regimentais,

DELIBERA

Art. 1º – Pela aprovação do Reordenamento do Plano Estadual de Capacitação e Educação Permanente dos Trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social – SUAS 2012-2015, conforme anexo.

Art. 2º – A presente Deliberação entrará em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE

Curitiba, 02 de agosto de 2013

Inês Roseli Soares Tonello
Presidente CEAS/PR

Anexo da Deliberação nº055/2013 CEAS/PR

1. INTRODUÇÃO

No ano de 2011, foi construído o Plano Estadual de Capacitação - PEC para os trabalhadores e atores do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, num esforço coletivo e democrático que envolveu participantes das instâncias de pactuação e deliberação da política pública de Assistência Social, dos servidores da sede e dos Escritórios Regionais da Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social – SEDS, de instituições de ensino parceiras no processo de planejamento, de servidores e consultores do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS.

Além destes, cabe especial menção à Comissão de Gestão do Trabalho do SUAS – COGET, regulamentada pela Resolução SEDS n.º 057 de 12 de abril de 2012, que se constitui como uma instância consultiva com representantes de diversas Coordenações, Grupos Setoriais, Assessorias e Unidades Técnicas desta Secretaria, com o objetivo de propor diretrizes e instrumentos a serem aplicados na gestão do trabalho em âmbito estadual e municipal, bem como acompanhar e monitorar as ações de capacitação do SUAS realizadas pelo Estado. Esta comissão acompanhou de forma integral a organização do PEC, num processo árduo de revisão e sistematização. Também vale destacar que o referido Plano foi pauta permanente do Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS, em sua Comissão de Comunicação, Articulação e Mobilização.

Apesar destes esforços, em 13 de março de 2013 houve uma alteração importante no cenário nacional em relação à Gestão do Trabalho no SUAS que teve suas implicações no processo de capacitação da SEDS. Nesta data, o Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS aprovou a Resolução n.º 04/2013, que instituiu a Política Nacional de Educação Permanente do Sistema Único da Assistência Social – PNEP/SUAS.

A PNEP, que representa um grande avanço para a normatização da Gestão do Trabalho no SUAS em todo país, veio instituir importantes conceitos a serem incorporados nas ações de capacitação, como a questão dos patamares e percursos formativos, o caráter permanente e continuado da educação no SUAS, bem como a definição de modalidades e estratégias formativas.

Com isto, viu-se a necessidade de adequação do PEC, a fim de promover um refinamento conceitual e um reordenamento das ações de capacitação previstas para o período de 2013 a 2015. Neste sentido, houve novamente ampla discussão e produção da COGET, que se empenhou na formatação de uma proposta integrada de cursos, eventos e supervisões técnicas que atendesse às necessidades dos trabalhadores do SUAS no Estado com vistas às diretrizes da Política Nacional. Desta forma, o que se chamou anteriormente de um Plano Estadual de Capacitação, levando em conta os parâmetros da PNEP, passou a denominar-se **Plano Estadual de Capacitação e Educação Permanente** dos trabalhadores do SUAS, denotando a preocupação com a formação em um processo contínuo e sistemático.

Muito embora a PNEP tenha contribuído sobremaneira para a revisão do PEC, principalmente no que diz respeito à base conceitual utilizada no Plano Estadual, não houve a instituição de um parâmetro específico que balizasse a construção do referido plano. Sendo assim, a definição dos capítulos que comporiam o PEC, bem como a estruturação do documento, foram tarefas que competiram exclusivamente aos servidores da SEDS.

Sendo assim, considerando a importância de iniciar o processo de planejamento com base em um diagnóstico consistente quanto à realidade da Gestão do Trabalho no SUAS no Estado, definiu-se como primeiro capítulo do PEC uma revisão do **Cenário Atual da Gestão do Trabalho**. Neste, procurou-se reunir informações do Censo SUAS e CadSUAS para verificar as maiores necessidades e desafios dos trabalhadores para efetivação no SUAS no Paraná

Na sequência, apresentam-se as **diretrizes gerais** da PNEP sob as quais definiram-se as ações de capacitação da SEDS, afim de se explicitar os principais parâmetros que contribuiriam para a definição de cursos, temas, cargas horárias e modalidades.

Os próximos capítulos referem-se aos **objetivos** (geral e específicos) do Plano, bem como à definição do **público-alvo** dos cursos e demais atividades formativas promovidos pela SEDS.

Em seguida, são registradas as **bases conceituais** essenciais ao desenvolvimento do Plano. Neste capítulo encontram-se as definições dos patamares formativos, o entendimento quanto ao método transversal e

interdisciplinar da formação, bem como as delimitações estabelecidas pela SEDS quanto aos critérios para certificação.

Ainda, por se tratar de um exercício de revisão de um Plano anterior, este PEC conta com um relatório das ações desempenhadas durante o ano de 2012, que se encontram no capítulo “**Ações de Capacitação**” e no Anexo n.º 01 (Relatório 2013). Este capítulo traz também a sistematização das ações planejadas para os próximos anos, com a carga horária, indicação do ementário e demais informações pertinentes a cada curso, evento e supervisão.

Mais informações sobre os processos de divulgação e controle de inscrições, a distribuição e prioridades para ocupação das vagas poderão ser encontradas no capítulo “**Metodologia**”.

Considerando que não seria possível a execução de um Plano desta natureza sem a identificação dos recursos necessários à realização das ações. Para tanto, apresentam-se no capítulo **Financiamento** as previsões de valores e respectivas fontes para execução do PEC.

Por fim, estabelecem-se as medidas que serão realizadas para **monitoramento e avaliação** do PEC, a fim de se verificar a assertividade das atividades planejadas no cumprimento dos objetivos elencados, ou seja, a validade dos procedimentos adotados para a qualificação dos serviços socioassistenciais no Estado.

2. DIAGNÓSTICO SITUACIONAL DA GESTÃO DO TRABALHO

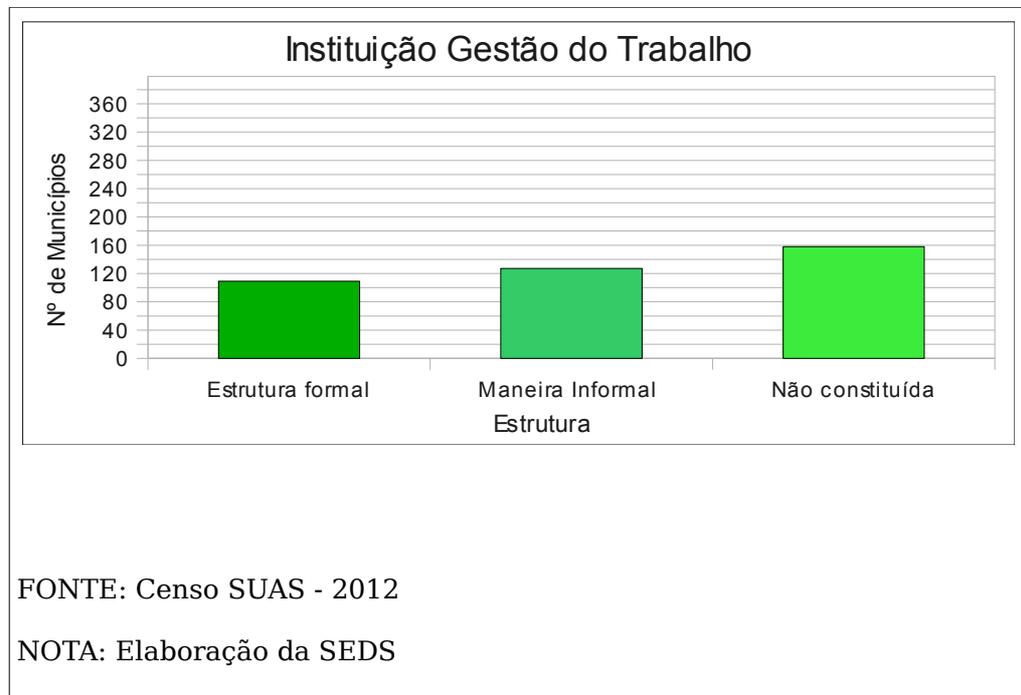
As informações apresentadas neste capítulo permitem traçar minimamente o perfil dos trabalhadores do SUAS e o cenário da gestão do trabalho nos municípios. Ainda, apresenta as necessidades, fragilidades e potencialidades encontradas na organização e oferta dos serviços da Proteção Social Básica e Proteção Social Especial, na gestão do SUAS pelo órgão gestor, no controle social pelos Conselhos Municipais de Assistência Social, visualizadas a partir das ferramentas utilizadas no processo de acompanhamento (Censo SUAS, Sistema do Plano Municipal de Assistência Social, Rede-SUAS).

Destaca-se que o levantamento das necessidades, fragilidades e potencialidades permeia todo o conteúdo pedagógico das ações de capacitação, inclusive a definição de quais patamares formativos serão executados por temas. Considera-se também que o referido levantamento foi realizado com informações relativas ao ano de 2011 do Censo SUAS e dos Sistemas de Acompanhamento Estadual.

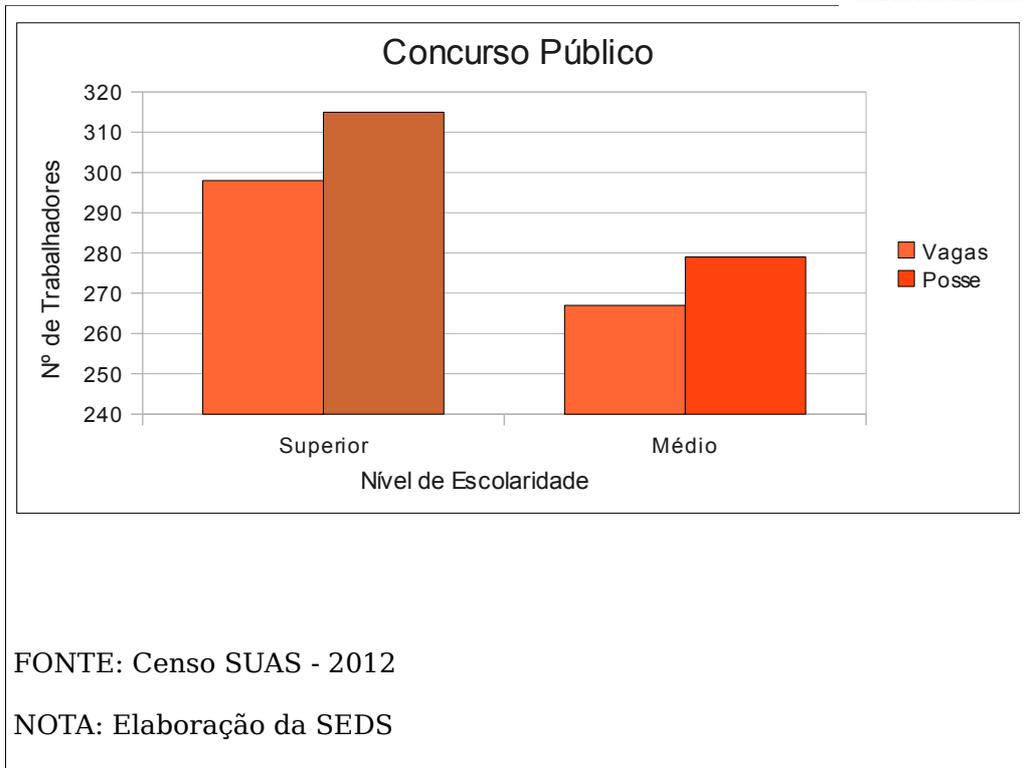
A coleta e a sistematização das referidas informações demonstram a relevância dos processos formativos de maneira sistemática e contínua, bem como permite que o planejamento das ações de capacitação tenham maior assertividade, tendo em vista que estas estão baseadas na demanda cotidiana dos trabalhadores.

Para melhor visualização as informações serão apresentadas em forma de gráficos e tabelas, possibilitando análises com relação ao perfil do trabalhador e a situação dos processos de trabalho necessários para a implementação do SUAS.

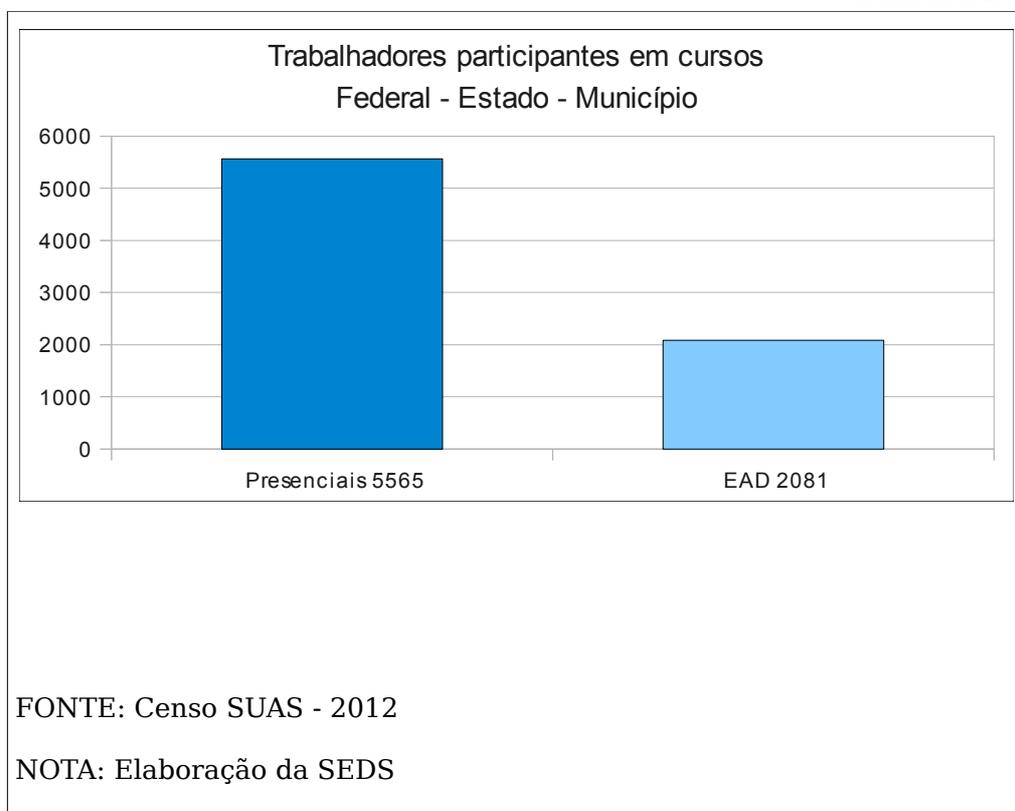
2.1 Cenário da Gestão do Trabalho nos Municípios



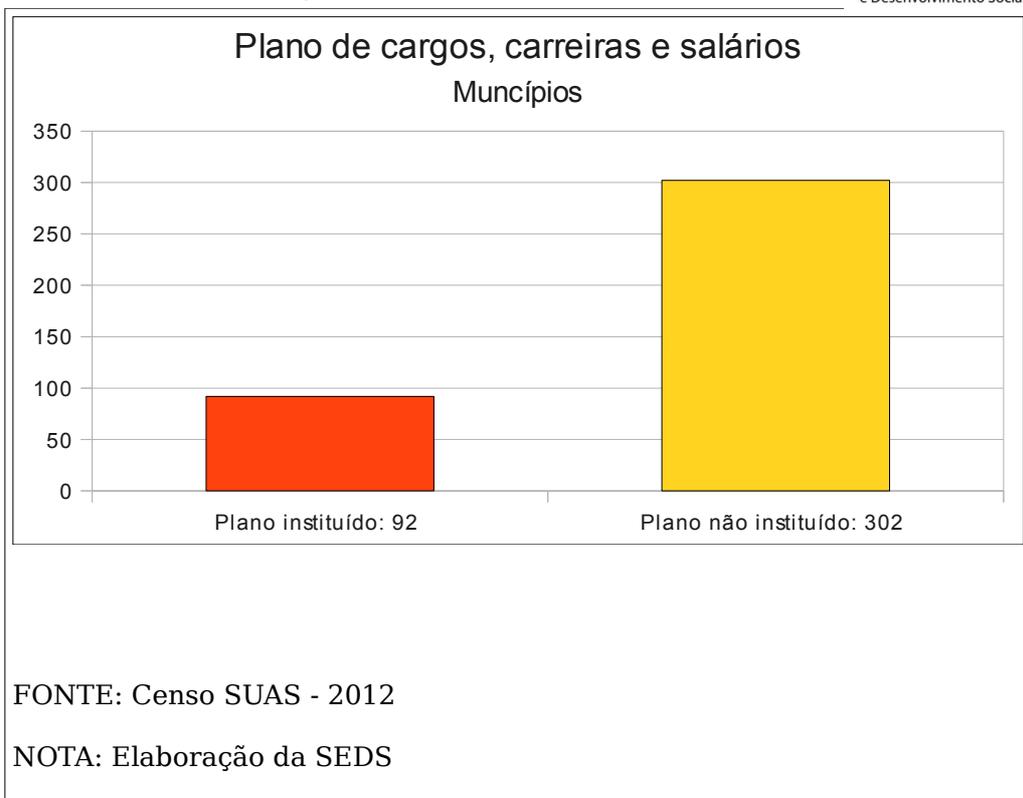
O Censo SUAS, questionário Gestão Municipal, nos aponta que dos 394 municípios que responderam, apenas 27,66% possuem a Gestão de Trabalho instituída formalmente, 32,23% possuem informalmente e, 40,10% ainda não dispõem de tal estrutura. Isto representa que na maior parte dos municípios a discussão e a realização de ações relacionadas aos processos de gestão do trabalho são incipientes.



Em relação ao concurso público, 82 municípios realizaram concurso para profissionais de nível superior, com a oferta de 298 vagas, sendo que houve posse de 315 profissionais. Já com relação a concursos para profissionais de nível médio, 55 municípios realizaram concursos, 267 vagas foram ofertadas e tomaram posse 279 profissionais.



No ano de 2012 o número de trabalhadores capacitados no estado foi 7646, dos quais 5565 (72,80%) desses trabalhadores capacitados em cursos na modalidade presencial e 2081 (27,20%) na modalidade à distância. O número de participantes de cursos na modalidade à distância apresenta diferença significativa em relação aos cursos presenciais, pois é um processo de cunho inovador no âmbito da política de assistência social, principalmente no ano de 2012.

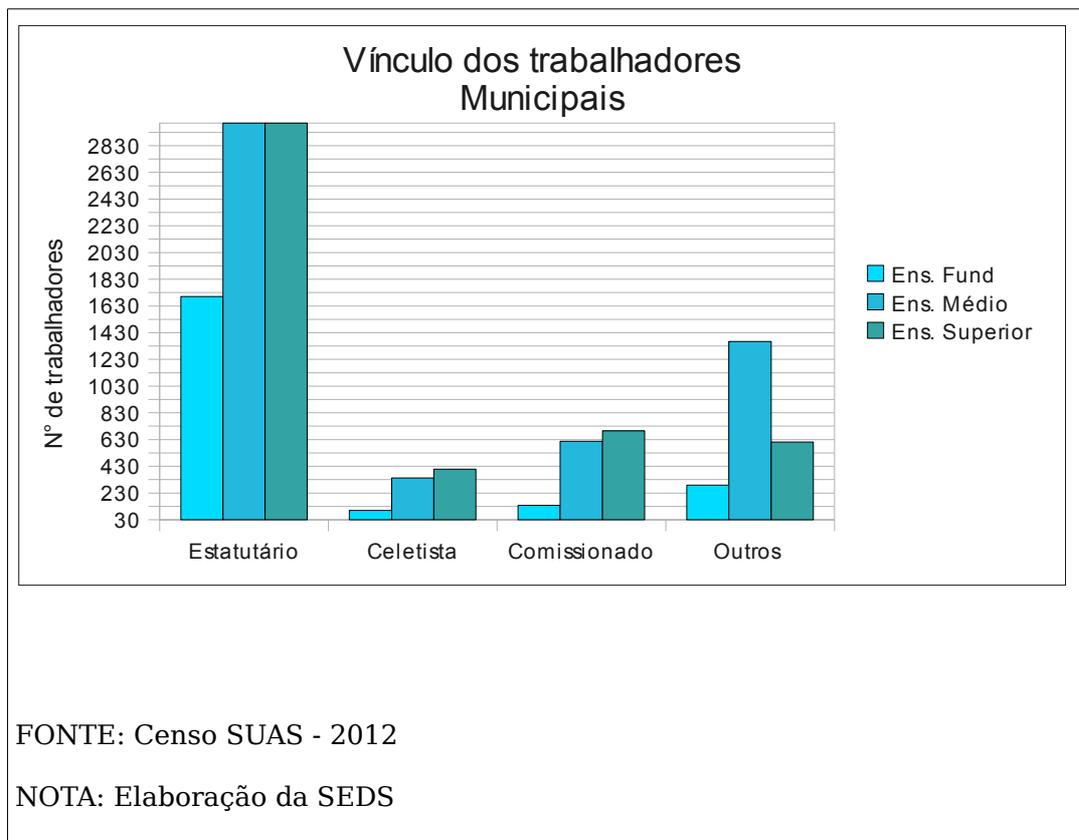


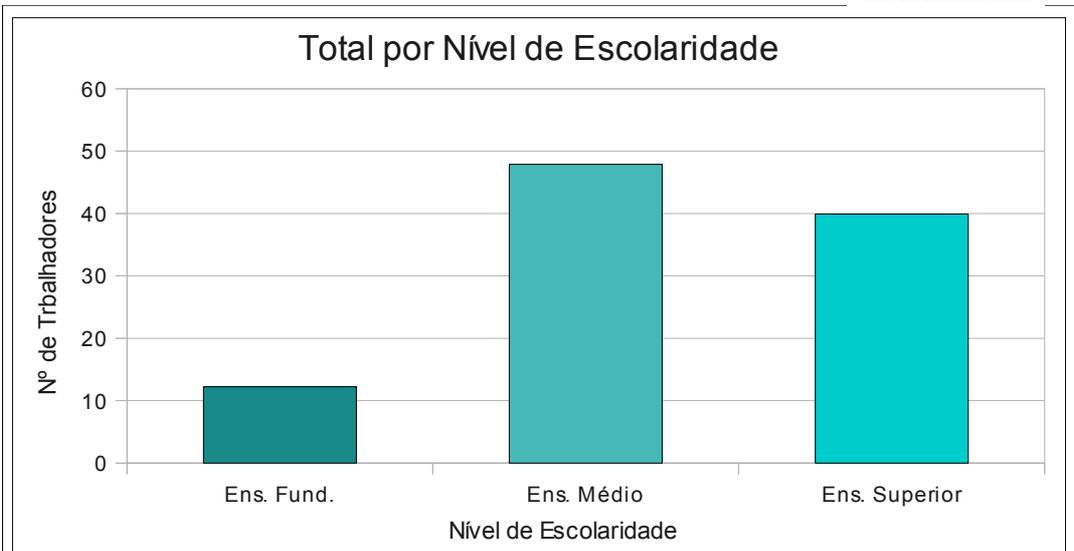
A NOB-RH/SUAS sugere ao órgão gestor a implantação de Plano de Cargos, Carreiras e Salários – PCCS como forma da administração pública comprometer-se com o desenvolvimento profissional dos servidores públicos visando a melhoria da qualidade dos serviços prestados à população. De acordo com o Censo SUAS 2012, temos 92 municípios com PCCS implantados contra 302 municípios que ainda não o instituíram, ressaltamos que 5 municípios não responderam esta questão no censo.

2.2 Perfil dos Trabalhadores

Os trabalhadores das secretarias municipais, totalizam 13.036, destes 1.062 (8,15%) são trabalhadores estatutários de nível fundamental, 3.916 (30,04%) de nível médio e 3488 (26,76%) nível superior. Quanto aos celetistas, 101 (0,77%) são de nível fundamental, 343 (2,63%) nível médio e 408 (2,13%) nível superior. Dos

comissionados 138 (1,06%) são de nível fundamental, 618 (4,74%) nível médio e 696 (5,331%) nível superior. Em relação aos outros vínculos, 290 (2,22%) são de nível fundamental, 1.365 (10,47%) nível médio e 611 (4,68%) nível superior, o qual percebemos um alto índice de trabalhadores de nível médio em relação aos demais níveis.





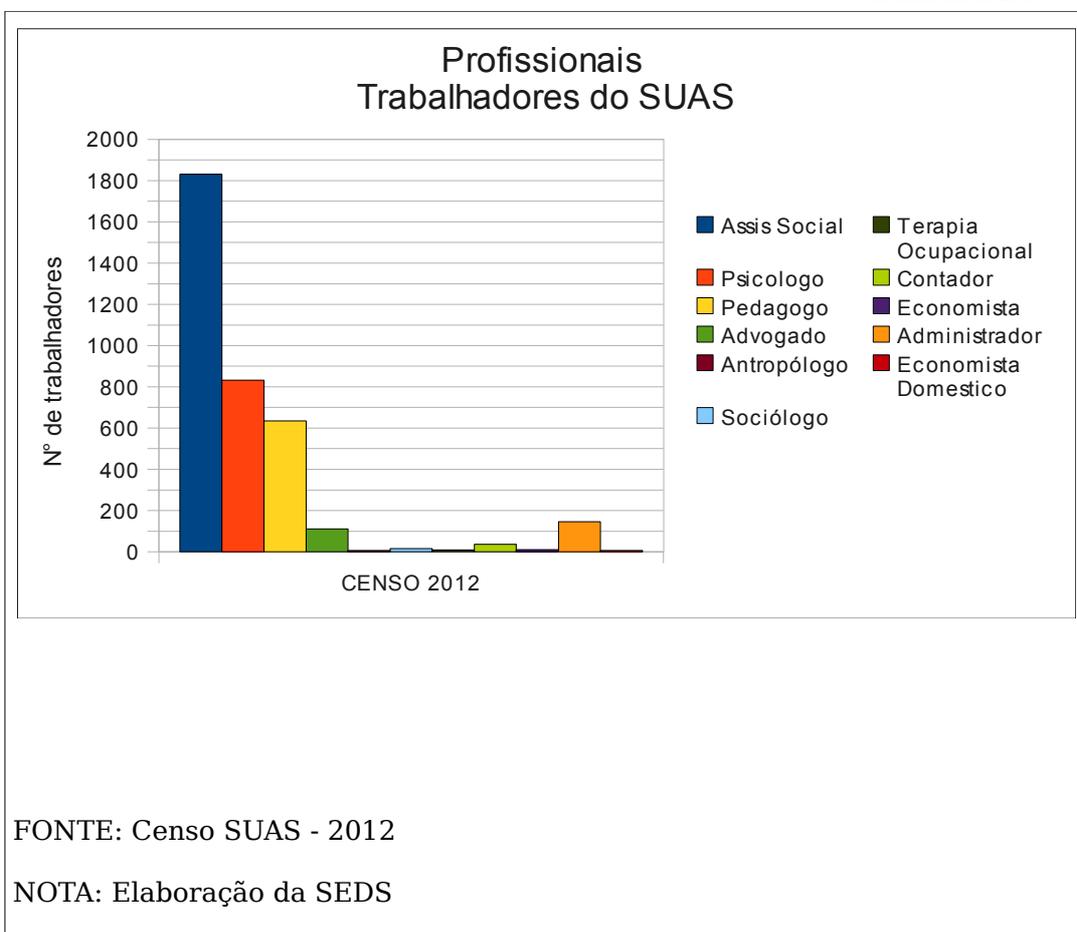
FONTE: Censo SUAS - 2012

NOTA: Elaboração da SEDS

Considerando o nível de escolaridade dos trabalhadores das secretarias Municipais de Assistência Social, 1591 (12,20%) são de nível fundamental, 6242 (47,88%) nível médio e 5203 (39,91%) são de nível superior.

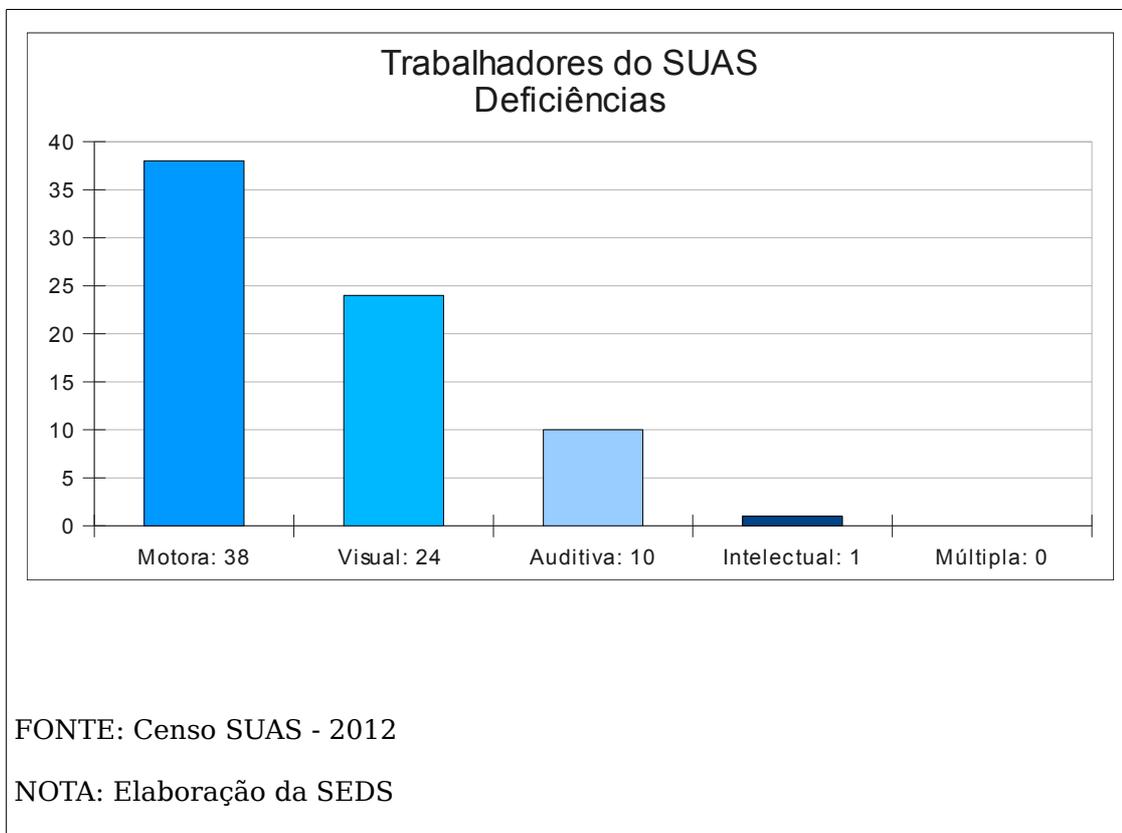
O Paraná tem um total de 3.958 trabalhadores da assistência social lotados nos órgãos gestores e destes, 433 (10,93%) são estatutários de nível fundamental, 1.051 (26,55 %) são de nível médio e 1029 (25,99%) de nível superior. Os trabalhadores com vínculo celetista de nível fundamental correspondem a 32 (0,8%), de nível médio 63 (1,59%) e nível superior 109 (2,75%).

Os trabalhadores com vínculo comissionado são 73 (1,84%) de nível fundamental, 318 (8,03%) de nível médio e 417 (10,54%) são de nível superior. Em relação aos outros vínculos 61 (1,54%) dos trabalhadores são de nível fundamental, 237 (5,99%) são de nível médio e 135 (3,41%) são de nível superior.



Dentre os profissionais de nível superior das secretarias municipais de assistência social, 1.831 (50,34%) trabalhadores são assistentes sociais, 832 (22,88%) psicólogos, 635 (17,46%) pedagogos, 111 (3,05%) advogados, 6 (0,16%) antropólogos, 15 (0,41%) sociólogos, 9 (0,25%) terapeutas ocupacionais, 36 (0,10%) contadores, 10 (0,27%) economistas, 146 (4,01%) administradores e 6 (0,16%) economistas domésticos.

Com relação a esfera estadual, há no estado do Paraná 285 trabalhadores, sendo 3 (1,05%) estatutários de nível fundamental, 29 (10,18%) nível médio e 94 (32,98%) nível superior. Não possui no quadro trabalhadores celetistas e nem trabalhadores comissionados de nível fundamental. Com nível médio possui 14(4,91%) e de nível superior 75 (26,32%). Em relação aos outros vínculos, 10 (3,50%) de nível fundamental, 35 (12,28%) de nível médio, e 11 (3,86%) nível superior.



Dentre os 13.036 trabalhadores das secretarias municipais de assistência social, temos 38 (0,30%) trabalhadores com deficiência motora, 24 (0,18%) com deficiência visual, 10 (0,08%) com deficiência auditiva, 01 (0,008%) com deficiência intelectual e 0 com deficiência múltipla.



Dos 285 profissionais do Estado, 48 (32,86%) são assistentes sociais, 26 (17,80%) psicólogos, 31 (21,23%) pedagogos, 11 (7,53%) advogados, 0% antropólogos, 5 (3,42%) sociólogos, 0% terapeutas ocupacionais, 3 (2,05%) contadores, 4 (2,74%) economistas, 17 (11,64%) administradores, 1 (0,68%) economistas domésticos.

2.3 Necessidades, Fragilidades, Potencialidades

2.3.1 Gestão do SUAS

TABELA 1 - NECESSIDADES, FRAGILIDADES E POTENCIALIDADES NA GESTÃO MUNICIPAL DO SUAS

AÇÃO / PROCESSO DE	REALIDADE EXISTENTE

TABELA 1 - NECESSIDADES, FRAGILIDADES E POTENCIALIDADES NA GESTÃO MUNICIPAL DO SUAS	
TRABALHO	
Gestão do Trabalho	<ul style="list-style-type: none"> - 264 municípios (66%) não elaboraram e executaram a política de recursos humanos, com a implantação de carreira para os servidores públicos, inclusive os que atuam na política de assistência social (SETP, Relatório do Monitoramento Estadual, 2010); - 52% dos municípios não realizaram concurso público para contratação de trabalhadores (nível médio e superior) para a Secretaria Municipal de Assistência Social nos três últimos anos (Censo SUAS – Órgão Gestor Municipal, 2010); - Dos cursos presenciais de capacitação para os trabalhadores de assistência social, nos últimos dois anos, somente 16% foram realizados/promovidos pelo gestor municipal, 37% pelo gestor estadual e 42% pelo gestor federal; - Dos cursos à distância de capacitação para os trabalhadores de assistência social, nos últimos dois anos, 42% foram realizados/promovidos pelo gestor federal (MDS), 6% pelo gestor municipal, 8 % pelo gestor estadual e 43% não tiveram acesso a cursos nesta modalidade; - Em 50% dos municípios do PR a Gestão do Trabalho não está constituída como subdivisão administrativa, nem de maneira informal; - Principais materiais educativo e normativo sobre Gestão do Trabalho: NOB/RH 2006, Resolução nº 017/2011 do CNAS, NOB 2012, Política Nacional de Educação Permanente do SUAS. No entanto existem dezenas de livros, milhares de artigos, monografias, dissertações e teses que tratam da gestão de pessoas na administração pública, também existem muitas leis e normativas que regulam a política de recursos humanos.
Gestão da Informação, Monitoramento e Avaliação	<ul style="list-style-type: none"> - 279 municípios (70%) não realizam o processo de monitoramento e avaliação das ações de assistência social por eixo de proteção, em articulação com o sistema estadual e federal (SETP, Relatório do Monitoramento Estadual, 2010); - 63% dos órgãos gestores dos municípios não possui sistema de informação próprio para gerenciar a política de assistência social (Censo SUAS – Órgão Gestor Municipal, 2010); - 64% dos municípios não possui regulação própria relativa a padrões de qualidade dos serviços socioassistenciais; - Em 24% dos municípios do PR o Monitoramento e Avaliação não está constituída como subdivisão administrativa, nem de maneira informal; - Principais materiais educativos e normativos: Portaria nº 329/2006 do MDS, resolução nº 08/2010 da CIT, resolução nº 04/2011 da CIT, NOB 2012, Revista Brasileira de Monitoramento e Avaliação do MDS, notas técnicas do IPEA e publicações do MDS. Existem centenas de artigos, monografias, dissertações e teses sobre o tema monitoramento e avaliação de serviços e da política pública, poucos livros.
Processo de Planejamento e Prestação de Contas	<ul style="list-style-type: none"> - 136 municípios (34%) não utilizam o PMAS e o Relatório de Gestão como instrumentos de planejamento estratégico, organizando, regulando e norteando a execução da Política Municipal de Assistência Social na perspectiva do SUAS

TABELA 1 - NECESSIDADES, FRAGILIDADES E POTENCIALIDADES NA GESTÃO MUNICIPAL DO SUAS

	<p>(SETP, Relatório do Monitoramento Estadual, 2010);</p> <ul style="list-style-type: none"> - Principais materiais educativos e normativos: NOB/SUAS 2005, Resolução nº 08/2010 da CIT (Plano de Providências e Plano de Apoio). Existem milhares de artigos, monografias, dissertações e teses que tratam do processo e instrumentos de planejamento, porém a quantidade diminui para centenas quando o foco é exclusivo em organizações públicas.
Gestão Financeira	<ul style="list-style-type: none"> - 57% dos órgãos gestores dos municípios não tem um setor responsável pelo planejamento orçamentário, financeiro e contábil (Censo SUAS – Órgão Gestor Municipal, 2010); - 45% dos órgãos gestores dos municípios não tem um setor responsável pela prestação de contas dos recursos repassados às entidades de assistência ou Ong's; - 31% dos municípios não faz transferência de recursos por convênio para Ong's ou Entidades de Assistência Social no município; - Em 186 municípios (46%) a gestão orçamentária para a execução da política de assistência social através do Orçamento Público não é realizada de forma participativa (SETP, Relatório do Monitoramento Estadual, 2010); - Em 52 municípios (13%) os recursos financeiros, repassados pelas esferas de governo, não são executados de acordo com os objetivos estabelecidos no PMAS; - 278 municípios (70%) não definiram critérios de partilha dos recursos do FMS; - 61% dos municípios com pendências no processo de habilitação junto a CIB, as possuem em função da LOA e Balancete (CIB, Secretaria Executiva, 2011); - Em 34% dos municípios do PR a Gestão Financeira e Orçamentária não está constituída como subdivisão administrativa, nem de maneira informal; - Principais materiais educativos e normativos: NOB/SUAS 2005, lei nº 4.320 de 1964, lei 8.666 de 1993, lei complementar nº 101 de 2000, portarias 440, 442 e 459 de 2005, 33 de 2006 e 222 de 2008 do MDS, portaria 42 de 1999 da MOG, instruções normativas 001 e 002 de 2006 da SNAS, Manual Técnico do Orçamento de 2011 da SOF, Publicação Gestão de Recursos Federais de 2005 da CGU. O tema Gestão Financeira e Orçamentária é regulado nos seus mínimos detalhes.
Controle Social	<ul style="list-style-type: none"> - 115 municípios (29%) declararam que o cumprimento do PMAS e do Plano de Ação e o preenchimento do Relatório de Gestão e Demonstrativo não são acompanhados e fiscalizados pelo CMAS (SETP, Relatório do Monitoramento Estadual, 2010); - 124 municípios (31%) não elaboram os instrumentos de gestão a partir de discussão com o gestor, equipe técnica e CMAS; - Em 158 municípios (40%) o CMAS não discute, acompanha, fiscaliza e delibera a gestão da política de assistência social; - Em 106 municípios (27%) a instância de acompanhamento e controle social do programa bolsa família não está em regular funcionamento.; - 167 municípios (42%) não possuem comissões temáticas do

TABELA 1 - NECESSIDADES, FRAGILIDADES E POTENCIALIDADES NA GESTÃO MUNICIPAL DO SUAS

	<p>CMAS regulamentadas na lei de criação do mesmo (Censo SUAS – Conselhos, 2010);</p> <ul style="list-style-type: none"> - 106 municípios (26%) não possuem a Secretaria Executiva do CMAS regulamentada na lei de criação; - 149 CMAS (37%) não mantêm registros ou documentos relativos às fiscalizações realizadas; - Em 49 municípios (12%) nenhum conselheiro participou de cursos de capacitação em 2009 e 2010, e 329 municípios (82%) apenas alguns conselheiros participaram; - Em 64 municípios (16%) os CMAS não acompanham o cumprimento das deliberações das conferências municipais; - Em 84 municípios (21%) o CMAS nunca realiza ações de mobilização social, e em 202 municípios (51%) o CMAS raramente realiza ações de mobilização social. - Principais materiais educativos e normativos: Resoluções nº 237, 23 e 24 de 2006 do CNAS, publicação Orientações Gerais do CNAS (...) ao Exercício do Controle Social no SUAS de 2010, publicação Orientações para Conselhos da Área de Assistência Social de 2009 do TCU, LOAS, PNAS e NOB/SUAS 2005.
Gestão das Relações Intersetoriais e Interinstitucionais	<ul style="list-style-type: none"> - 93 municípios (23%) não estabelecem relações interinstitucionais e intersetoriais e 43 (11%) não buscam a articulação com instituições/órgãos de garantia de direitos (SETP, Relatório do Monitoramento Estadual, 2010); - 91 municípios (23%) não articulam a rede garantindo a complementaridade das ações governamentais e não-governamentais; - Em 214 municípios (54%) não houve o reordenamento com as demais políticas sociais para a transição dos serviços e benefícios que não são do âmbito da política de Assistência Social. - Principais materiais educativos e normativos: PNAS, LOAS e NOB/SUAS 2005 e NOB 2012..
Vigilância Social	<ul style="list-style-type: none"> - Em 53% dos municípios do PR a Vigilância Social não está constituída como subdivisão administrativa, nem de maneira informal (Censo SUAS: Órgão Gestor Municipal, 2010). - Principais materiais educativos e normativos: PNAS, LOAS e NOB/SUAS 2005 e NOB 2012.
<p>FONTE: CENSO SUAS - 2011 NOTAS: ELABORAÇÃO SEDS</p>	

2.3.2 Proteção Social Básica

TABELA 2 - NECESSIDADES, FRAGILIDADES E POTENCIALIDADES NA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA DOS MUNICÍPIOS

SERVIÇO / GESTÃO	REALIDADE EXISTENTE
Gestão do CRAS	<p>Infraestrutura: (situação do imóvel onde se localiza o CRAS):</p> <ul style="list-style-type: none"> -24% de imóveis alugados, 7% de imóveis cedidos e 67%

TABELA 2 - NECESSIDADES, FRAGILIDADES E POTENCIALIDADES NA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA DOS MUNICÍPIOS

	<p>imóveis próprios; -23 % em espaços compartilhados; - somente 31% dos CRAS têm acervo bibliográfico; - 38% dos CRAS a equipe técnica utiliza internet em outro local para a realização das atividades; Recursos Humanos: - 12 % dos profissionais dos CRAS tem especialização; - 51,4% são servidores / estatutário; - 80 % são mulheres; Gestão do Território: - a abrangência de atendimento de 60% dos CRAS compreende o município inteiro; - 22% dos CRAS não possuem mapa de seu território de abrangência; - 28 % dos CRAS não possui documento com o diagnóstico do seu território de abrangência; - Situações mais freqüentemente atendidas pelos CRAS: famílias em situação de insegurança alimentar; indivíduos sem documentação civil; famílias em descumprimento de condicionalidades do Bolsa Família. - 9 % dos CRAS tem povos e comunidades tradicionais no território de abrangência; - 10% dos CRAS não tem acesso ao sistema do Cadunico;</p>
Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF	<p>- A maioria dos CRAS, realizam o serviço, mas a equipe não apropriou-se da metodologia do serviço; - Fragilidade no acompanhamento prioritário das famílias com beneficiários do BPC, benefícios eventuais e do PBF; - Fragilidade na busca ativa e na gestão dos benefícios eventuais; - O serviço tem várias publicações e materiais de apoio; - Não foi realizada nenhuma capacitação sobre este serviço;</p>
Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças de até 6 anos	<p>- 50,53% não realiza Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças até 6 anos de idade; - Não foi realizada nenhuma capacitação sobre o serviço; - O serviço tem apenas uma publicação preliminar do MDS;</p>
Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças e adolescentes de 06 a 15 anos	<p>- 38,95 % dos CRAS não realiza o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos de idade; - Estes grupos são formados por crianças e adolescentes: do PETI - 2.74 %, Misto (formados por crianças e adolescentes do PETI e outras crianças/adolescentes) - 22.53 %, outras crianças e adolescentes -24.84 %;</p>

TABELA 2 - NECESSIDADES, FRAGILIDADES E POTENCIALIDADES NA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA DOS MUNICÍPIOS

	<ul style="list-style-type: none"> - Oficinas não são atrativas; - O serviço tem uma publicação de orientação técnica; - Não foi realizada nenhuma capacitação referente ao serviço;
Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para adolescentes e jovens de 15 a 17 anos	<ul style="list-style-type: none"> - 33,26 % dos CRAS não realiza o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para jovens adolescentes de 15 a 17 anos de idade; - Foram realizadas 2 capacitações referentes a este serviço; - O serviço tem 8 publicações construídas pelo MDS; - Equipes não têm domínio do SISJOVEM;
Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Idosos	<ul style="list-style-type: none"> - O serviço não têm uma publicação de orientação técnica; - Não foi realizada nenhuma capacitação referente ao serviço; - Temos 757 grupos de idosos no estado;
Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para as Pessoas com Deficiência e Idosas	<ul style="list-style-type: none"> - 59,79% dos CRAS não realiza serviço no domicílio para pessoas com deficiência e/ou pessoas idosas; - O serviço não têm nenhuma publicação de orientação técnica; - Não foi realizada nenhuma capacitação referente ao serviço;
FONTE: CENSO SUAS - 2011 NOTAS: ELABORAÇÃO SEDS	

2.3.3 Proteção Social Especial

TABELA 3 - NECESSIDADES, FRAGILIDADES E POTENCIALIDADES NA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DOS MUNICÍPIOS

SERVIÇO / GESTÃO	REALIDADE EXISTENTE ¹
Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos - PAEFI	<ul style="list-style-type: none"> - 33,85% dos municípios não desenvolvem atividades com os autores de agressão de violência; - 44% dos municípios não elaboraram diagnóstico; - 54% municípios implantaram o Programa de Erradicação de Trabalho Infantil - PETI ²
Serviço Especializado em Abordagem Social	<ul style="list-style-type: none"> - 39% dos municípios não executam; - 21,8% dos municípios desenvolvem atividades de abordagem diurna; - 18,28% dos municípios realizam abordagem 24 horas.
LA e PSC	<ul style="list-style-type: none"> - 21% dos municípios não oferecem serviço de

TABELA 3 - NECESSIDADES, FRAGILIDADES E POTENCIALIDADES NA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DOS MUNICÍPIOS

	<p>LA/PSC;</p> <ul style="list-style-type: none"> - 46% dos municípios atendem os(as) adolescentes semanalmente; - 20% dos municípios atendem os (as) adolescentes quinzenalmente; - 9% dos municípios atendem os (as) adolescentes mensalmente; - Divergência entre os dados do Centro SUAS e Governo de Estado/Poder Judiciário.
Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosos e suas Famílias	<ul style="list-style-type: none"> - 21% dos CREAS atendem demanda de violação de direitos contra idosos; - 23% dos CREAS atendem demanda de violação de direitos contra pessoas portadoras de deficiências.
Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua	<ul style="list-style-type: none"> - 07 Centros POPS no PR;
Serviço de Acolhimento Institucional	<ul style="list-style-type: none"> - Crescer em família: 285 equipamentos existentes no Estado do Paraná. 123 municípios atendidos. 287 convênios formalizados (2008-2010); - Convênios Contrato/Ceas 305 vagas.
Serviço de Acolhimento em Repúblicas	<ul style="list-style-type: none"> - Em processo de levantamento de dados.
Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora	<ul style="list-style-type: none"> - Aproximadamente 30 (trinta) programas em 30 municípios. 25 conveniados com a SEDS e destes, nove em execução;
Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências	<ul style="list-style-type: none"> - Não existem dados.
Gestão do Equipamento CREAS	<p style="text-align: center;">EQUIPAMENTOS</p> <p>229 Municípios Responderam</p> <ul style="list-style-type: none"> Recurso Municipal - 42,79% (98) Recurso Estadual - 10,04% (23) Recurso Federal do MDS - 44,97% (103) Recurso Federal ou outros órgãos (SEDH,SPM, dentre outros) - 5% (8) <p>CREAS QUE COMPARTILHAM SUA SEDE COM OUTRO ÓRGÃO</p> <ul style="list-style-type: none"> - 64% compartilham o espaço físico do CREAS com outros órgãos públicos ou instituições não-governamentais; - 36% têm espaço exclusivo; <p>ACESSIBILIDADE</p> <ul style="list-style-type: none"> - 30% têm acessibilidade de acordo com as normas ABNT; <p>VEÍCULO</p> <ul style="list-style-type: none"> - 46% possuem carros de uso exclusivo do

TABELA 3 - NECESSIDADES, FRAGILIDADES E POTENCIALIDADES NA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DOS MUNICÍPIOS

	CREAS; INTERNET - 13% não têm acesso à internet.
FONTE: CENSO SUAS - 2011 NOTAS: ELABORAÇÃO SEDS	

3. DIRETRIZES

Com base na Política Nacional de Educação Permanente do SUAS – PNEP, na Norma Operacional Básica do SUAS – NOB-SUAS (revista em 2012) e na Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS – NOB-RH (2006), apresentam-se abaixo as diretrizes fundamentais que orientam a execução deste Plano Estadual:

- a) Contribuir para o processo de consolidação do SUAS e da organização da gestão do trabalho como eixo estruturante e estratégico para a qualificação e valorização dos trabalhadores, gestores e conselheiros envolvidos na Política de Assistência Social;
- b) Primar pelo processo de capacitação de forma permanente, contínua, descentralizada participativa e sistemática;
- c) Implementar inovações e melhorias ao processo de trabalho, pela qualificação técnica, pedagógica, gerencial, humanística, ética e política;
- d) Disponibilizar aos trabalhadores cursos com os Patamares formativos de responsabilidade do Estado que favoreçam a progressão na trilha de aprendizagem, adequados às necessidades de qualificação profissional, serviços e benefícios socioassistenciais.
- e) Fortalecer a dimensão formativa e crítica dos trabalhadores no fomento da articulação teoria e prática, para responder às demandas do cotidiano através de uma intervenção propositiva, reflexiva e comprometida com a defesa dos direitos sociais e a autonomia dos usuários da política de assistência social, enfatizando a participação social;
- f) Promover ações de capacitação com a finalidade de produzir e difundir conhecimentos que devem ser direcionados ao desenvolvimento de habilidades e capacidades técnicas e gerenciais, ao efetivo exercício do controle social e ao empoderamento dos usuários;
- g) Primar pelo investimento em múltiplas formas de execução, adotando instrumentos criativos e inovadores, metodologias que favoreçam a troca de experiências e tecnologias diversificadas;

- h) Estimular a criação de parcerias com instituições de ensino, escola de governo, organismos governamentais e não-governamentais;
- i) Realizar diagnóstico permanentemente, com a identificação do perfil e as demandas dos trabalhadores, gestores e conselheiros da assistência social;
- j) Incentivar a produção e publicação de pesquisas acerca dos resultados das capacitações realizadas, da produção e publicação de artigos sobre a Política de Assistência Social, inclusive dos próprios trabalhadores que passaram pelo processo de capacitação, visando criar uma fonte de consultas e dar visibilidade às capacitações.

4. OBJETIVOS

4.1. Objetivo Geral

Capacitar os trabalhadores do SUAS na perspectiva de Educação Permanente, tendo em vista o aprimoramento e qualificação dos serviços socioassistenciais e da gestão do SUAS.

4.2. Objetivos Específicos

- a) Propor aos trabalhadores do SUAS espaços para o desenvolvimento de competências, conhecimentos e capacidades específicas para a intervenção profissional;
- b) Produzir e difundir conhecimentos para a consolidação do SUAS, referente aos riscos, vulnerabilidades e potencialidades sociais;
- c) Instituir junto aos trabalhadores e conselheiros estratégias para fortalecer a centralidade nos direitos dos usuários e necessidades da qualidade de serviços e benefícios;
- d) Propiciar aos conselheiros da Assistência Social informações e atribuições necessárias para o exercício do controle social e da participação da Gestão do SUAS;
- e) Incentivar a participação dos trabalhadores e atores da política de Assistência Social nas ações de planejamento e implementação dos processos de Capacitação e Educação Permanente;

- f) Instituir mecanismos de Educação Permanente que considere as sequências dos Patamares Formativos;
- g) Estabelecer articulações com a órgão gestor municipal para garantir condições objetivas para o acesso e participação dos trabalhadores nas capacitações;

5. PÚBLICO-ALVO

Os cursos previstos neste Plano tem como público-alvo os trabalhadores municipais e estaduais do Sistema Único de Assistência Social de nível fundamental, médio e superior, gestores municipais e conselheiros de assistência social, além dos representantes dos Fórum Estadual dos Trabalhadores do SUAS - FETSUAS e dos Fóruns Regionais de Assistência Social - FOREAS .

6. BASE CONCEITUAL

A regulamentação da **Política Nacional de Educação Permanente do Sistema Único de Assistência Social** – PNEP/SUAS, que se deu através da Resolução n.º 04, de 13 de março de 2013, do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, motivou um processo de reordenamento do Plano Estadual de Capacitação do SUAS no Estado do Paraná, conforme sinalizado na introdução deste documento.

Tendo isto em vista, neste capítulo, apresentaremos os conceitos fundamentais que embasaram este reordenamento.

Antes, porém, cabe uma observação: anteriormente à instituição da PNEP/SUAS, a Política de Assistência Social não dispunha de parâmetros e diretrizes nacionais que norteassem as ações de capacitação, deixando assim a critério dos Estados e Municípios a formatação de seus Planos de Capacitação. Conseqüentemente, não havia uma padronização de percursos formativos no âmbito da Educação Permanente para os trabalhadores do SUAS em todo Brasil.

Neste sentido, a PNEP/SUAS se torna a base norteadora deste processo de reordenamento do Plano Estadual de Capacitação, nos direcionando a efetivar a qualificação dos processos de capacitação por meio das **trilhas de aprendizagem**.

O conceito de trilha de aprendizagem refere-se a um caminho alternativo e flexível para promover o desenvolvimento das pessoas (Freitas, 2002). É

importante observar que este método de ensino-aprendizagem permite a completa implicação do sujeito no processo de aprimoramento de suas competências.

Isto significa dizer que, no âmbito do SUAS, a União, Estado e Municípios assumem a responsabilidade de ofertar uma gama de recursos condizentes com as expectativas para o exercício profissional dos trabalhadores desta política. Contudo, é o trabalhador que elege, de acordo com suas potencialidades e possibilidades, quais as atividades mais condizentes com sua realidade e necessidades.

Além disso, há de se observar que o acúmulo de conhecimentos deve acontecer de forma gradual e progressiva, ou seja, ao passo que o capacitando assimila informações mais generalistas sobre a política de Assistência Social, vai se tornando apto a participar de cursos com temáticas mais específicas dentro de sua área de atuação.

Desta forma, as noções de **educação permanente** tem como: premissas a autonomia do homem e melhoria de sua vida. Requer uma participação espontânea e comprometida. Tem como função auxiliar no resgate e promoção da cidadania, da liberdade e do respeito mútuo entre os componentes da sociedade (Knechtel, 1995). A **formação continuada**, que, segundo Ferreira (2003), precisa ser entendida atualmente como “um mecanismo de permanente capacitação reflexiva de todos os seres humanos às múltiplas exigências/desafios que a ciência, a tecnologia e o mundo do (não) trabalho colocam”.

Nota-se, a partir dessas conceituações, que o plano de capacitação não se restringe à oferta de cursos presenciais, com carga horária concentrada e metodologia expositiva. Pelo contrário, as possibilidades de aprimoramento pessoal e profissional dos atores do sistema se dá também através de ferramentas de educação à distância, tecnologias de disseminação de informação (como *web* e videoconferências, por exemplo), reuniões de assessoramento, produção e sistematização do conhecimento, espaços de troca de saberes, acesso a publicações, eventos de mobilização e sensibilização, entre outros.

Neste sentido, esclarece-se que as ações de capacitação compreendem cursos nas modalidades **Presencial, Semipresencial e Educação à Distância (EAD)**.

Em relação aos cursos **presenciais**, consideram-se aqueles em que a presença do mediador (seja ele um palestrante, instrutor ou professor) ocorre durante toda a carga horária da formação. Esta modalidade permite uma interação intensiva para melhor construção do conhecimento, com uma condução presencial das atividades em grupo e individuais. Ressalta-se que, em relação aos cursos presenciais, a SEDS prevê a oferta de vagas de forma descentralizada, planejando a realização de turmas em várias regiões do estado, a fim de facilitar a participação dos trabalhadores dos diversos municípios, além de favorecer as discussões acerca das realidades locais da política de assistência social.

Os cursos **semipresenciais** são aqueles em que a interação entre instrutores e cursistas ocorre de maneira presencial em determinados momentos do curso. Entretanto, também são previstos espaços para educação à distância, como apoio de tecnologias de comunicação e suporte profissional de tutores para que os alunos acessem da melhor forma possível o conteúdo disponível.

Já os cursos configurados totalmente como **Educação à Distância** são aqueles em que não há reunião presencial entre cursistas e instrutores. Desta forma, os materiais impressos e o acesso a uma plataforma virtual de conteúdos tornam-se estratégias fundamentais para que, além de assistir às aulas, os cursistas possam dialogar e interagir com o instrutor e com os demais participantes a partir da mediação dos tutores. Esta modalidade otimiza tempo e recursos para a realização de capacitações de amplo alcance e, por isso, a SEDS tem explorado e investido cada vez mais nesta modalidade.

Uma vez explicitadas as modalidades de cursos, outros conceitos ainda são fundamentais para balizar o planejamento das capacitações da SEDS em consonância com os parâmetros da PNEP/SUAS.

Na realização de todas as modalidades de capacitação, é preciso ter em mente a noção de interdisciplinariedade. Segundo Japiassú e Marcondes (2001), este conceito refere-se a “um método de pesquisa e de ensino suscetível de fazer com que duas ou mais disciplinas interajam entre si. Esta interação pode ir da simples comunicação das ideias até a integração mútua dos conceitos, da epistemologia, da terminologia, da metodologia, dos procedimentos, dos dados e da organização da pesquisa”.

Além disso, essa exigência interdisciplinar impõe a cada especialista que transcenda sua própria especialidade, tomando consciência de seus próprios limites para acolher as contribuições das outras disciplinas. Uma epistemologia da complementaridade, ou melhor, da convergência, deve, pois, substituir a da dissociação. (Gurdorf, 1976 apud Petraglia, 1993).

Desta forma, entende-se que as experiências práticas sistematizadas de todas as categorias profissionais que compõem o SUAS deverão contribuir para o aprimoramento dos serviços socioassistenciais – o que se configura como o principal objetivo deste Plano de Capacitação. Isso significa admitir que cursos ministrados pela SEDS, diferentes campos de conhecimento colaborarão para abordar conteúdos de relevância social e relativos ao cotidiano da atuação dos trabalhadores do SUAS, temáticas essas com carácter ético- político- social atreladas à perspectiva de ampliação e acesso a cidadania.

Com base no método interdisciplinar, na perspectiva da transversalidade, carácter continuado e permanente da formação, observa-se que os cursos previstos nesse plano obedecerão a um esquema de **Patamares Formativos**.

Cada um destes patamares conta com uma carga horária específica e o ideal é que o trabalhador, em seu percurso formativo, participe inicialmente dos cursos introdutórios para, progressivamente, alcançar as ações de capacitação mais específicas. Segue abaixo a descrição de cada patamar formativo:

1º Patamar - Introdução / Nivelamento: Os cursos de introdução (também denominados de nivelamento) devem ter carga horária compreendida entre 20 (vinte) e 40 (quarenta) horas/aula. Terão como objetivo a promoção do nivelamento de conhecimentos dos conteúdos mais gerais da Política de Assistência Social. Este Plano prevê a realização de 10 cursos de introdução, destinados preferencialmente aos trabalhadores que não tenham participado de capacitações ofertadas pela SEDS anteriormente.

2º Patamar - Atualização: Com carga horária variável entre 40 (quarenta) e 100 (cem) horas/aula, os cursos deste patamar terão como objetivo proporcionar a atualização dos conhecimentos aos trabalhadores. Ou seja, trata-se de um exercício de revisão de conceitos à luz dos dados e informações mais recentes pertinentes à Política Nacional de Assistência Social e ao SUAS, sejam estas resoluções e normativas da CIT, CNAS, MDS ou mesmo os dados produzidos periodicamente pelos Estados e municípios. Neste Plano, estão previstos cinco

cursos neste patamar e o público-alvo constitui-se pelos trabalhadores que já participaram de ações iniciais de capacitação, ou que já possuam experiência considerável na execução do SUAS.

3º Patamar - Aperfeiçoamento: Para este patamar formativo, a carga horária de curso deverá ser igual a 180 (cento e oitenta) horas/aula, a fim de aprimorar os conhecimentos e competências dos cursistas em seus processos de trabalhos no SUAS. O público-alvo será formado exclusivamente por trabalhadores com ensino superior completo. O PEC-PR prevê dois cursos nesta modalidade, que deverá ser realizado no ano de 2014.

4º Patamar - Especialização: Os cursos de especialização configuram-se como pós-graduação e, portanto, também destinam-se a trabalhadores com ensino superior completo. O grande diferencial deste patamar formativo é a produção de pesquisa que o aluno desenvolve ao longo do curso. A SEDS prevê a execução de dois cursos de Especialização, sendo um com início em 2014 e o outro em 2015.

Além destes patamares, existem outras modalidades de capacitações que comporão as possibilidades para o percurso formativo dos trabalhadores do SUAS dos Municípios e do Estado do Paraná.

Conforme previsão da PNEP/SUAS, a SEDS trabalhará na perspectiva das **Supervisões Técnicas**. Definidas na referida Política como “ações de capacitação em serviço” (CNAS, 2013), serão momentos de estudo e revisão das práticas profissionais que se darão entre a equipe e os gestores de âmbito estadual. Nestes espaços, o foco estará relacionado aos fluxos e procedimentos de determinados serviços socioassistenciais, com vistas à superação de dificuldades e melhor desempenho das funções. O PEC conta com a previsão de duas ações de supervisão técnica, ambas com caráter regionalizado.

Ainda, esta Secretaria prevê neste Plano de Capacitação a realização de ações de menor duração, com carga horária inferior a 20 (vinte) horas/aula. Estas ações, denominadas pela SEDS como **Eventos**, são importantes para disseminar informações a respeito de programas, projetos e editais específicos, bem como para a sensibilização e mobilização acerca de temas concernentes ao SUAS. O PEC prevê a realização de 19 (dezenove), com o objetivo de atender agendas específicas dos programas e serviços ofertados neste Estado.

Vale ressaltar que uma preocupação presente no processo de elaboração deste Plano de Capacitação refere-se à **certificação dos trabalhadores capacitados**, em consonância com as diretrizes da Gestão do Trabalho no SUAS explícitas na Norma Operacional Básica do SUAS – NOB/SUAS-2012 e na Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS – NOB-RH/SUAS-2006.

Para tanto, os participantes dos cursos deverão inscrever-se em plataforma eletrônica disponibilizada pela Escola de Governo da Secretaria de Estado da Administração do Paraná, grande parceira na execução das ações de capacitação da SEDS. No ato da inscrição serão verificadas informações de identificação dos cursistas, a fim de, além de garantir o atendimento ao público-alvo específico de cada curso, subsidiar o **processo de certificação**.

Estabelece-se que serão expedidos certificados para todos os alunos que concluírem os cursos para os quais se inscreveram com um **mínimo de 75%** (setenta e cinco por cento) de frequência, entendendo-se esta como a carga horária mínima necessária para a devida atenção aos conteúdos e construção de conhecimentos. Além disso, o projeto pedagógico de cada curso também poderá exigir, para fins de capacitação, outros requisitos, tais como a realização de atividades individuais ou em grupo, a produção de textos e pesquisas, o preenchimento de avaliações referentes aos temas trabalhados e/ou de avaliações de reação.

Com isto, possibilita-se que as ações de capacitação não contribuam somente para o aprimoramento dos serviços, da gestão e do controle social do SUAS, mas também impliquem no processo de progressão funcional dos trabalhadores da área. Reconhecendo a importância da valorização do trabalhador para a efetivação do SUAS, a validação dos certificados de conclusão de capacitações para efeitos nos planos de carreiras, cargos e salários passa a ser um importante desafio da gestão do SUAS em todas as esferas de governo.

7. AÇÕES DE CAPACITAÇÃO

Nas ações de capacitação constam as capacitações já realizadas pela Política Estadual de Assistência Social, a partir do início de implementação do PEC até o final do primeiro semestre do ano de 2013 e as capacitações que estão planejadas, de acordo com o reordenamento do PEC.

7. 1 Ações de Capacitação 2012 - 2013

COORDENAÇÃO: Proteção Social Básica

Curso	Patamar formativo/ carga horária prevista (introdução/ atualização)	Número de Participantes			Execução Financeira	
		Planejado	Inscritos	Concluintes	Previsto	Executado
Capacitação Centro da Juventude – Orientações para atuação profissional 26 de outubro 2012	8 horas	85	92	85	R\$ 11.738,85	R\$ 7.623,85
Capacitação Estadual da Gestão do Centro de Referência da Assistência Social: - 6 e 7 agosto/Curitiba - 8 e 9 agosto/Foz do Iguaçu	32 horas	120	77	68	R\$ 32.214,00	R\$ 25.678,00
TOTAL	40 horas	205	169	153	R\$ 43.952,85	R\$ 33.301,85

COORDENAÇÃO: Proteção Social Especial

Curso	Patamar formativo/ carga horária prevista (introdução/ atualização)	Número de Participantes			Execução Financeira	
		Planejado	Inscritos	Concluintes	Previsto	Executado
Capacitação para o Enfrentamento ao	60 horas	850	787	582	R\$ 393.925,20	R\$ 388.480,20

Trabalho Infantil 07 a 09 novembro 2012/Foz do Iguaçu 21 a 23 novembro 2012/Londrina 05 a 07 dezembro 2012/ Curitiba							
Capacitação aos Trabalhadores do CREAS e Liberdade Cidadã 27 a 30 agosto 2012/Foz do Iguaçu 03 a 06 setembro 2012/Londrina 18 a 21 setembro 2012/Curitiba	96 horas	400	421	394	R\$ 330.998,00	R\$ 330.998,00	
Capacitação do programa Crescer em Família 04 A 06 março/2013 Londrina 18 a 20 de março / 2013 Foz do Iguaçu 01 a 03 de abril/2013 Curitiba	60 horas	400	404	349	R\$ 217.697,80	R\$ 199.149,00	
Capacitação Trabalho Social	8h	30	25	25	Parceria ONG TERRA	---	

com Famílias – ONG Terra dos Homens					DOS HOMENS	
15 e 16 de maio de 2013						
TOTAL	2124	1680	1637	1350	R\$ 924.621,00	R\$ 868.627,20

COORDENAÇÃO: Renda e Cidadania

Curso	Patamar formativo/ carga horária prevista (introdução/ atualização)	Número de Participantes			Execução Financeira	
		Planejado	Inscritos	Concluintes	Previsto	Executado
Capacitação de entrevistadores 15 a 18 maio 2012	32 horas	20	16	16	R\$ 1.962,00	R\$ 1.962,00
Capacitação de Entrevistadores 1ª Etapa – Lote 08 24 a 22 agosto de 2012	24 horas	60	60	58	R\$ 15.766,00	R\$ 15.766,00
Capacitação Gestão do Cadastro Único Lote 07 – 2012 19 a 21 de setembro 2012	24 horas	65	59	59	R\$ 32.947,75	R\$ 28.892,73
2013						
Capacitação Entrevistadores	24 horas	30	30	26	R\$ 4.194,00	R\$ 4.194,00

2ª Etapa – Lote 08						
30, 31 janeiro e 02 fevereiro						
Capacitação de Entrevistadores	24 horas	30	30	30	R\$ 19.000,00	R\$ 19.000,00
3ª Etapa – Lote 11						
04 a 06 de fevereiro 2013						
TOTAL	128	205	195	189	R\$ 73.869,75	R\$ 69.814,73

COORDENAÇÃO: Unidade Técnica do Programa Família Paranaense – UTPFP

Curso	Patamar formativo/ carga horária prevista (introdução/ atualização)	Número de Participantes			Execução Financeira	
		Planejado	Inscritos	Concluintes	Previsto	Executado
Seminário: Lançamento Programa Família Paranaense	4 horas	220	220	166	Sem custo	Sem custo
Seminário do Programa Família Paranaense	8 horas	250	250	239	R\$ 1.400,00	R\$ 25.678,00
Capacitação das Macros Regionais do Programa Família Paranaense	48 horas	393	400	402	R\$ 46.066,30	R\$ 46.066,30

24 e 25 agosto/2012 Cascavel						
30 e 31 agosto 2012/Ponta Grossa						
05 06 setembro 2012/Maringá	(16 horas por encontro)					
TOTAL	60 horas	863	870	807	R\$ 47.466,30	R\$ 71.744,30

COORDENAÇÃO: Coordenação Gestão do SUAS

Curso	Patamar formativo/ carga horária prevista (introdução/ atualização)	Número de Participantes			Execução Financeira	
		Planejado	Inscritos	Concluintes	Previsto	Executado
Controle Social no SUAS	24 horas	1824	1673	1413	R\$ 428.356,50	R\$ 339.904,20
TOTAL	24 horas	1824	1673	1413	R\$ 428.356,50	R\$ 339.904,20

TOTALIZADOR

Número de cursos propostos	27
Número de cursos realizados	13
Número de participantes planejado	4227
Número de participantes inscritos	4115
Número de participantes concluintes	3538

Patamar formativo/carga horária prevista (introdução/atualização)	408 horas
Execução financeira previsto	R\$ 1.518.266,40
Execução financeira executado	R\$ 1.383.392,20

Supervisões Técnicas

No ano de 2012 realizou-se as seguintes supervisões técnicas:

- 23 (vinte e três) reuniões regionalizadas do Programa Família Paranaense (junho e julho);
- 23 reuniões regionalizadas com as equipes dos Escritórios Regionais e a Coordenação da Proteção Social Especial;
- 5 macro regiões referente aos instrumentos de gestão e vigilância socioassistencial com as equipes dos Escritórios Regionais e a Coordenação da Gestão do SUAS.

7.2 Ações de Capacitação 2013 - 2015

Patamar Formativo: INTRODUÇÃO

CURSO 1): Introdução ao Provimento dos Serviços e Benefícios Socioassistenciais do SUAS e a Implementação de Ações do Plano Brasil Sem Miséria- CapacitaSUAS	
PÚBLICO ALVO	Trabalhadores de nível superior dos serviços socioassistenciais tipificados.
OBJETIVO	Realizar nivelamento do público elegível quanto aos conhecimentos, habilidades e atitudes necessários ao provimento dos serviços e benefícios socioassistenciais e à implementação das ações do Plano Brasil Sem Miséria.
CONTEÚDOS	<p>1. A Assistência e a Garantia dos Direitos Socioassistenciais por meio do SUAS;</p> <p>1.1 A Assistência Social no campo da Seguridade Social;</p> <p>1.2 A especificidade da Assistência Social no contexto do Sistema Brasileiro de Proteção Social (SBPS).</p> <p>1.3 Dimensões territoriais e expressões da pobreza, dos riscos e vulnerabilidades sociais nos estados;</p>

	<p>2. As bases de organização e operacionalização do SUAS;</p> <p>2.1 Conceitos fundamentais, princípios, diretrizes e público;</p> <p>2.2 Eixos estruturantes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Descentralização político-administrativa; • Participação e Controle Social; • Centralidade na família; • Território como base de organização dos serviços; • Rede socioassistencial; • Vigilância Socioassistencial; • Intersetorialidade.
MODALIDADE	Presencial
ESTRATÉGIAS	Presencial, com a realização de encontros quinzenais de 8 horas;
PERCURSO	Provimento de Serviços e Benefícios Socioassistenciais
SEDE DOS CURSOS	09 macros regionais.
PERIODICIDADE	Único
DATA	2013; 2014
PREVISÃO TOTAL DE VAGAS	1632
CARGA HORÁRIA	40 horas
FONTE FINANCIADORA	FEAS

CURSO 2): Desafios Contemporâneos do SUAS	
PÚBLICO ALVO	Chefes e técnicos estaduais dos Escritórios Regionais e técnicos da sede da SEDS.
OBJETIVO	<ul style="list-style-type: none"> • Fornecer subsídios teóricos e instrumentais da NOB/SUAS, para o aprimoramento da política estadual de assistência

	<p>social;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Fortalecer o papel de assessoramento e acompanhamento das equipes regionais da SEDS aos municípios; • Aprimorar a gestão do SUAS e a qualificação dos serviços e benefícios socioassistenciais.
CONTEÚDOS	<ul style="list-style-type: none"> • Vigilância Socioassistencial; • Gestão Financeira e Orçamentária do SUAS e Regras de Transição; • Gestão do Trabalho no SUAS; • Controle Social do SUAS e Instâncias de Negociação e Pactuação do SUAS; • Gestão do SUAS e Pacto de Aprimoramento do SUAS; • Planos de Assistência Social e Processo de Acompanhamento no SUAS;
MODALIDADE	Presencial
ESTRATÉGIAS	Presencial
PERCURSO	Gestão do SUAS
SEDE DOS CURSOS	Curitiba
PERIODICIDADE	Semestral
DATA	2013;2014;2015
PREVISÃO TOTAL DE VAGAS	300
CARGA HORÁRIA	24 horas
FONTE FINANCIADORA	FEAS

CURSO 3): Gestão da informação, monitoramento e Vigilância Socioassistencial	
PÚBLICO ALVO	Técnicos dos Escritórios Regionais e técnicos dos municípios
OBJETIVO	Aperfeiçoar e atualizar os conhecimentos e práticas relativas a temática.

CONTEÚDOS	<ul style="list-style-type: none"> • Norma Operacional Básica; • Sistemas de Informação e monitoramento;
MODALIDADE	EAD
ESTRATÉGIAS	Por meio de Videoconferência
PERCURSO	Gestão do SUAS
SEDE DOS CURSOS	—
PERIODICIDADE	anual
DATA	2014;2015
PREVISÃO DE TOTAL DE VAGAS	1500
CARGA HORÁRIA	24 horas
FONTE FINANCIADORA	FEAS

CURSO 4): A Política de Assistência Social e a Gestão do SUAS (serviços tipificados)

PÚBLICO ALVO	Técnicos ou Coordenadores do CRAS e CREAS, Técnicos e/ou Gestores do Órgão Gestor Municipal da Política de Assistência Social, Técnicos e Chefes dos Escritórios Regionais, técnicos da SEDS e conselheiros estaduais e municipais de assistência social.
OBJETIVO	O curso tem como finalidade proporcionar o nivelamento de compreensão sobre os objetivos, princípios e diretrizes da política de assistência social no Brasil, discutindo o papel dos gestores no processo de implementação do SUAS. Visa, também, compreender sobre quem são os usuários da política de assistência social, na perspectiva de concebê-los como cidadãos de direitos, fomentando a importância do controle social no fortalecimento da participação social.
CONTEÚDOS	<p>1. A Política Nacional de Assistência Social- PNAS:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A concepção do Sistema Único de Assistência Social- SUAS; • Contextualização da Política Nacional de Assistência Social; • Conceito e base de organização do Sistema Único de Assistência Social – SUAS;

	<ul style="list-style-type: none"> • Desafios e avanços na gestão do SUAS; • Orçamento e Financiamento da Política de Assistência Social; • Prestação de Contas e saldo de recursos; <p>2. O Gestor do SUAS no Contexto de um Novo Modelo de Gestão:</p> <ul style="list-style-type: none"> • O cotidiano da gestão do SUAS e a identidade profissional do gestor da política de assistência social; • A construção de um modelo de gestão que garanta um novo patamar de organização social na gestão pública e de atendimento da população; • Competências e atribuições do gestor da política de assistência social; • Os desafios e avanços vividos por um gestor; <p>3.A Abordagem territorial e a Intersetorialidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A perspectiva territorial incorporada pelo SUAS; • O território como terreno das políticas públicas; • Conceituação de intersetorialidade; • Intersetorialidade e a política de assistência social; <p>4.Os Usuários do SUAS e o Controle Social:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Os usuários da Política de Assistência Social e o fortalecimento da participação popular/cidadão usuário; • A herança conservadora da identidade dos usuários das políticas assistenciais; • O SUAS e o usuário como cidadão de direitos; • A Política de Assistência Social e o Controle Social; <p>5.Gestão do trabalho:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A questão dos trabalhadores e da gestão do trabalho no SUAS; • NOB/RH; • Resinificado do trabalho na Assistência Social; • Considerações gerais sobre as temáticas discutidas no curso (abordagem conclusiva/fechamento); • Serviços tipificados.
MODALIDADE	EAD

ESTRATÉGIAS	Parceria com a Escola de Governo do Paraná.
PERCURSO	Gestão do SUAS
SEDE DOS CURSOS	—
PERIODICIDADE	Anual
DATA	2013;2014;2015 (várias turmas ao ano)
PREVISÃO TOTAL DE VAGAS	1.200
CARGA HORÁRIA	40 horas
FONTE FINANCIADORA	FEAS

CURSO 5): Gestão do Programa Família Paranaense	
PÚBLICO ALVO	Técnicos Municipais, Gestores municipais e comitê regional.
OBJETIVO	Disseminar a metodologia do Programa Família Paranaense, ressaltando a importância da intersectorialidade, definindo estratégias de atuação junto aos municípios, com foco no território e no acompanhamento familiar.
CONTEÚDOS	<ul style="list-style-type: none"> • Articulação Intersetorial; • Metodologia do Programa; • Estratégias de Promoção do acesso das famílias incluídas no programa; • Acompanhamento de metas; • Avaliação do Programa; • Aprimoramento de atuação junto as famílias do Programa; • Instrumentalizar os municípios com dados de georreferenciamento de famílias e dos territórios de maior vulnerabilidade;
MODALIDADE	Semi-presencial
ESTRATÉGIAS	Realização de três encontros sendo utilização da tecnologia de videoconferência, pelo período de 4 horas e encontros presenciais que 16 horas.
PERCURSO	Provimento de Serviços e Benefícios Socioassistenciais

SEDE DOS CURSOS	Cinco macros regionais
PERIODICIDADE	Anual
DATA	2013;2014;2015
PREVISÃO TOTAL DE VAGAS	3375
CARGA HORÁRIA	20 horas
FONTE FINANCIADORA	FEAS

CURSO 6): Fortalecimento do Controle Social no SUAS	
PÚBLICO ALVO	Conselheiros da Política de Assistência Social e Secretaria Executiva dos Conselhos.
OBJETIVO	Proporcionar nivelamento de conhecimentos sobre o controle social e a Política de Assistência Social.
CONTEÚDOS	<ul style="list-style-type: none"> • Proporcionar o nivelamento de conhecimentos referentes ao controle social, para que os mesmos possam desempenhar de forma mais efetiva e qualitativa suas atribuições; • Instâncias de Controle Social do bolsa- família.
MODALIDADE	EAD
ESTRATÉGIAS	Por meio de videoconferência
PERCURSO	Controle Social do SUAS
SEDE DOS CURSOS	EAD
PERIODICIDADE	Anual
DATA	2014;2015
PREVISÃO TOTAL DE VAGAS	1200
CARGA HORÁRIA	24 horas
FONTE FINANCIADORA	FEAS

CURSO 7): Garantia ao Direito à Convivência Familiar e Comunitária – Cuidador de crianças e

adolescentes.	
PÚBLICO ALVO	Educadores/ Cuidadores/ Rede de Acolhimento/ Trabalhadores de nível fundamental e médio e conselheiros do CEDCA.
OBJETIVO	Qualificar as práticas profissionais para garantir o direito à Convivência Familiar e Comunitária.
CONTEÚDOS	<ul style="list-style-type: none"> • Diretrizes do CONANDA – orientações técnicas para os Serviços de Acolhimento de Crianças e Adolescentes; • O papel e as atribuições (deveres e funções) do Educador/Cuidador; • Ética e Postura profissional; • Planos Estaduais de Convivência Familiar e Comunitária e de Violência Contra Crianças e Adolescentes; • Plano Decenal dos Direitos Humanos de criança e do adolescente - Estadual; • Histórico da política da assistência social no Brasil: do modelo asilar à proteção social; • Concepções e Representações sociais da Família; • Os pressupostos do SUAS de territorialidade e inserção familiar e comunitária; • Reordenamento do processo de acolhimento institucional; • A abordagem psicossocial individual e em grupos nos serviços da assistência social: noção sobre acolher e escutar sujeitos e famílias; • Metodologia de Trabalho: Procedimentos e instrumentos na abordagem psicossocial; • O trabalho Intersetorial e as ações articuladas em rede • O papel e as atribuições (deveres, funções e tarefas) do Educador/Cuidador; • Atuação dos Técnicos municipais junto aos adolescentes • Fluxos, responsabilidades e encaminhamentos;
MODALIDADE	Semi-presencial
ESTRATÉGIAS	Presencial - 8 horas e videoconferência- 16 horas
PERCURSO	Provimento de Serviços e Benefícios Socioassistenciais
SEDE DOS CURSOS	5 macros regionais com a participação dos municípios que possuem Instituições de Acolhimento

PERIODICIDADE	Anual
DATA	2014;2015
PREVISÃO TOTAL DE VAGAS	300
CARGA HORÁRIA	24 horas
FONTE FINANCIADORA	FIA

CURSO 8): Garantia ao Direito à Convivência Familiar e Comunitária (Crianças e adolescentes)	
PÚBLICO ALVO	Educadores e Técnicos da Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de média e alta complexidade, Equipe técnica da Rede de Acolhimento, Conselheiros Tutelares;
OBJETIVO	Qualificar as práticas profissionais para garantir o direito à Convivência familiar e Comunitária.
CONTEÚDOS	<ul style="list-style-type: none"> • Histórico da política da assistência social no Brasil: do modelo asilar à proteção social; • Concepções e Representações sociais da Família; • Os pressupostos do SUAS de territorialidade e inserção familiar e comunitária; • Reordenamento do processo de acolhimento institucional; • A abordagem psicossocial individual e em grupos nos serviços da assistência social: noção sobre acolher e escutar sujeitos e famílias; • Planos Estaduais de Convivência Familiar e Comunitária e de Violência Contra Crianças e Adolescentes; • Plano Decenal dos Direitos Humanos da Criança e do Adolescente - Estadual; • Metodologia de Trabalho: Procedimentos e instrumentos na abordagem psicossocial; • O trabalho Intersetorial e as ações articuladas em rede • Atuação dos Técnicos municipais junto aos adolescentes; • Fluxos, responsabilidades e encaminhamentos; • Metodologia de trabalho para agentes que trabalham com os adolescentes para reinserção social e o protagonismo destes adolescentes.
MODALIDADE	EAD

ESTRATÉGIAS	Parceria com a Escola de Governo do Paraná. A previsão de encontros é quinzenal.
PERCURSO	Provimento de Serviços e Benefícios Socioassistenciais
SEDE DOS CURSOS	_____
PERIODICIDADE	Anual
DATA	2014;2015
PREVISÃO TOTAL DE VAGAS	1000
CARGA HORÁRIA	40 horas
FONTE FINANCIADORA	FIA

CURSO 9): Liberdade Cidadã /Aprendiz Paranaense	
PÚBLICO ALVO	Técnicos dos CREAS e/ou dos programas de execução do Liberdade Cidadã, técnicos de referência programa Aprendiz Paranaense.
OBJETIVO	Capacitar para execução dos programas socioeducativos em Meio aberto e programas de aprendizagem.
CONTEÚDOS	<ul style="list-style-type: none"> • Legislação; • Fases da Ação Socioeducativa; • Plano Individual de Atendimento; • Seleção de Adolescentes para o programa de Aprendizagem; • Monitor; • Avaliação dos Programas; • Lei de Aprendizagem;
MODALIDADE	Semi-presencial
ESTRATÉGIAS	Presencial e videoconferência
SEDE DOS CURSOS	5 macros regionais (presencial aulões para fechamento e/ou conclusão)

PERIODICIDADE	Anual
DATA	2014;2015
PREVISÃO TOTAL DE VAGAS	400
CARGA HORÁRIA	40 horas
FONTE FINANCIADORA	FIA

CURSO 10): Acompanhamento Familiar Intersectorial	
PÚBLICO ALVO	Unidade Gestora, Comitês Regionais, Municipais e locais e equipe técnica dos escritórios regionais.
OBJETIVO	Instrumentalizar profissionais que atuam nos comitês para a realização do acompanhamento familiar intersectorial das famílias incluídas no programa:
CONTEÚDOS	<ul style="list-style-type: none"> • Abordagem às famílias; • Identificação das necessidades e potencialidades do núcleo familiar; • Pactuação das ações; • Planejamento e execução de ações intersectoriais (individuais e coletivas); • Monitoramento e avaliação das ações.
MODALIDADE	Semi-presencial No primeiro semestre de 2014 será Videoconferência - 12 horas sendo presencial: 8 horas para a Unidade Gestora, Comitês Regionais e equipe técnica dos escritórios. No primeiro semestre de 2015 será Videoconferência de 4 horas e presencial de 16 horas.
ESTRATÉGIAS	Semi-presencial
PERCURSO	Provimento de Serviços e Benefícios Socioassistenciais
SEDE DOS CURSOS	23 Regionais
PERIODICIDADE	Anual
DATA	2014;2015
PREVISÃO TOTAL DE VAGAS	2560

CARGA HORÁRIA	20 horas
FONTE FINANCIADORA	FEAS

Patamar Formativo: ATUALIZAÇÃO

CURSO 1): Atualização em Gestão Financeira e Orçamentária do SUAS/ CapacitaSUAS	
PÚBLICO ALVO	Trabalhadores de nível superior que atuam na Gestão Municipal ou Estadual de Assistência Social
OBJETIVO	Fornecer aos trabalhadores que atuam diretamente nas atividades de gestão dos Fundos de Assistência Social subsídios conceituais e táticos-operativos atualizados quanto aos processos e procedimentos relacionados ao sistema de planejamento orçamentário brasileiro e à gestão financeira e orçamentária do SUAS.
CONTEÚDOS	<ul style="list-style-type: none"> • Orçamento Público e o Financiamento do SUAS; • O Financiamento do SUAS; • Planejamento, Prestação de Contas e o Papel dos Conselhos.
MODALIDADE	Presencial
ESTRATÉGIAS	Presencial, com a realização de encontros quinzenais de 8 horas;
PERCURSO	Gestão do SUAS
SEDE DOS CURSOS	9 macros regionais
PERIODICIDADE	único
DATA	2013;2014
PREVISÃO TOTAL DE VAGAS	698
CARGA HORÁRIA	40 Horas
FONTE FINANCIADORA	FEAS

CURSO 2) CADÚNICO: Habilitando Instrutores Regionais para Capacitação de Preenchimento dos Formulários do Cadastro Único

PÚBLICO ALVO	Técnicos de Escritórios Regionais e Técnico Municipal da PSB e PSE de referência para o ER, atuante no setor do Cadastro Único do Município
OBJETIVO	Habilitar instrutores regionais para capacitar os instrutores municipais para a multiplicação da Capacitação de Entrevistadores para preenchimento dos Formulários do Cadastro Único.
CONTEÚDOS	<ul style="list-style-type: none"> • Contexto das Políticas Sociais; • Metodologias de ensino; • Dinâmicas aplicáveis; • O que é o Cadastro Único; • Conhecer e aprender a preencher os Formulários Principal, Avulsos e Suplementares.
MODALIDADE	Presencial
ESTRATÉGIAS	Presencial. O curso será ministrado pela Coordenação de Renda e Cidadania. Cada turma terá no máximo 30 participantes.
PERCURSO	Provimento de Serviços e Benefícios Socioassistenciais
SEDE DOS CURSOS	Curitiba
PERIODICIDADE	Único
DATA	2014
PREVISÃO TOTAL DE VAGAS	100
CARGA HORÁRIA	40 horas
FONTE FINANCIADORA	FEAS

CURSO 3) CadÚnico: Habilitando Instrutores Municipais para Capacitação de Preenchimento dos Formulários do Cadastro Único

PÚBLICO ALVO	Técnicos Municipais atuante no setor do Cadastro Único da PSB e PSE
OBJETIVO	Habilitar instrutores municipais para descentralização da Capacitação de Entrevistadores para preenchimento dos Formulários do Cadastro Único.

CONTEÚDOS	<ul style="list-style-type: none"> Contexto das Políticas Sociais; Metodologias de ensino; Dinâmicas aplicáveis; O que é o Cadastro Único; Conhecer e aprender a preencher os Formulários Principal, Avulsos e Suplementares.
MODALIDADE	Presencial
ESTRATÉGIAS	Presencial. O curso será ministrado pelos instrutores regionais. Cada turma terá no máximo 30 participantes.
PERCURSO	Provimento de Serviços e Benefícios Socioassistenciais
SEDE DOS CURSOS	23 Regionais
PERIODICIDADE	Único
DATA	2014
PREVISÃO TOTAL DE VAGAS	848
CARGA HORÁRIA	40 horas
FONTE FINANCIADORA	FEAS

CURSO 4): Gestão do Cadastro Único e Programa Bolsa Família.

PÚBLICO ALVO	<ul style="list-style-type: none"> Técnicos de Escritório Regional; Gestores Municipais do Programa Bolsa Família; Coordenadores Municipais do Programa Bolsa Família; Técnicos de CRAS e CREAS;
OBJETIVO	Capacitar os atores envolvidos sobre gestão cadastro único Programa Bolsa Família.
CONTEÚDOS	<ul style="list-style-type: none"> SUAS; Cadastro Único; Programa Bolsa Família;

	<ul style="list-style-type: none"> • Gestão de Benefícios; • Controle Social; • Sistema de Gestão do Programa Bolsa Família; • Condicionalidades; • Acompanhamento Familiar;
MODALIDADE	Presencial
ESTRATÉGIAS	Presencial, com a formação de 8 turmas.
PERCURSO	Provimento de Serviços e Benefícios Socioassistenciais
SEDE DOS CURSOS	5 Macros-regionais
PERIODICIDADE	Anual
DATA	2013;2014;2015
PREVISÃO TOTAL DE VAGAS	1320
CARGA HORÁRIA	40 horas
FONTE FINANCIADORA	FEAS

CURSO 5): Planejamento e Gestão dos CRAS e CREAS	
PÚBLICO ALVO	Gestores ou técnicos do órgão gestor, coordenadores de CRAS e CREAS.
OBJETIVO	Capacitar os profissionais da Política e proporcionar maior conhecimento em relação ao planejamento de suas ações.
CONTEÚDOS	<ul style="list-style-type: none"> • Diagnóstico e intersetorialidade. • A política de As. Social e a intersetorialidade; • Rede socioassistencial e território; • Enfoque interdisciplinar e o trabalho em equipe; • Instrumentos de Gestão; • Planejamento, diagnóstico, organização e registro de informações; • Serviços Socioeducativos Tipificados; Família e

	<p>configurações atuais;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Violência e violação de direitos; Avaliação e monitoramento;
MODALIDADE	EAD
ESTRATÉGIAS	Parceria com a Escola de Governo do Paraná
PERCURSO	Provimento de Serviços e Benefícios Socioassistenciais
SEDE DOS CURSOS	—
PERIODICIDADE	Anual
DATA	2014;2015
PREVISÃO TOTAL DE VAGAS	1100
CARGA HORÁRIA	40 horas
FONTE FINANCIADORA	FEAS

Patamar Formativo: SUPERVISÃO TÉCNICA

Supervisão 1): Assessoramento Técnico Conjunto PSB, PSE e RC	
PÚBLICO ALVO	Chefes e Técnicos dos Escritórios Regionais
OBJETIVO	Apoiar, orientar e subsidiar às Equipes dos Escritórios Regionais da SEDS, no assessoramento técnico aos gestores municipais para o desenvolvimento de ações no âmbito da Proteção Social Básica, Especial e de Renda e Cidadania.
CONTEÚDOS	Os assuntos abordados referem-se as PSB, PSE e Renda e Cidadania, considerando a especificidade de cada região.
MODALIDADE	Presencial
SEDE DOS CURSOS	23 Escritórios Regionais
PERIODICIDADE	Anual
DATA	2013;2014;2015
PREVISÃO TOTAL DE VAGAS	360

CARGA HORÁRIA	12 horas
FONTE FINANCIADORA	FEAS

Supervisão: 2) Gestão do SUAS: Vigilância, Socioassistencial, Processos de Planejamento, Monitoramento e Avaliação.

PÚBLICO ALVO	Técnicos dos Escritórios Regionais
OBJETIVO	Orientar a atuação dos técnicos dos Escritórios Regionais, com base nas normativas e instruções relacionadas ao processo de trabalho referente a Vigilância Socioassistencial
CONTEÚDOS	Legislações que tratam da Vigilância Socioassistencial, Processos de Planejamento, Monitoramento e Avaliação.
MODALIDADE	Presencial
SEDE DOS CURSOS	23 Escritórios Regionais
PERIODICIDADE	Anual
DATA	2014;2015
PREVISÃO TOTAL DE VAGAS	240
CARGA HORÁRIA	12 horas
FONTE FINANCIADORA	FEAS

Patamar Formativo: APERFEIÇOAMENTO

CURSO 1): Política de Assistência Social e a Prática Profissional	
PÚBLICO ALVO	Técnicos dos Escritórios Regionais e SEDS, Coordenadores de CRAS, CREAS e Centro POP e técnicos que atuam na Política de Assistência Social.
OBJETIVO	Capacitar profissionais que atuam na área social para a prática profissional, proporcionando acesso a conhecimentos teóricos, técnicos e metodológicos, voltados para a construção de competências para gerenciar, planejar, monitorar e avaliar os serviços desenvolvidos.
CONTEÚDOS	Fundamentação teórica: 1. Assistência Social como Política Pública; 2. Legislações: SUAS, território, vulnerabilidade social, risco

	<p>peçoal e social ;</p> <p>3. Trabalho Social com famílias;</p> <p>3.1. Questão Social e Família;</p> <p>3.2. Famílias e Trabalho Profissional;</p> <p>3.3. Interdisciplinaridade e Intersetorialidade;</p> <p>3.4. Famílias na Contemporaneidade;</p> <p>3.5. Abordagens no Trabalho Social com Famílias;</p> <p>3.6. Instrumentalidade no Trabalho Social com Famílias;</p> <p>4. O papel do trabalhador do SUAS: Psicólogo, Assistente Social, Advogado, Pedagogo e Orientador Social;</p> <p>5. Diagnóstico e planejamento;</p> <p>6. Violência e Violação de Direitos: especificidades por segmento e tipo de violência (mulher, idoso, criança e adolescente, PCD, família e etc).</p> <p>7. Gestão do CRAS:</p> <p>7.1. Funções do CRAS: Articulação da Rede Socioassistencial, articulação intersetorial, busca ativa, gestão integrada de serviços, benefícios e transferências de renda;</p> <p>7.2. Dimensões do CRAS: Atividades realizadas, período de funcionamento, Recursos Humanos e estrutura física;</p> <p>7.3. Implantação e organização do Trabalho no CRAS;</p> <p>8. Serviços socioassistenciais:</p> <p>8.1. Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF e Equipes volantes;</p> <p>8.2. Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.</p> <p>8.3. Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas .</p> <p>9. Contextualização (legislação - Bolsa Família e Cadastro Único)</p> <p>10. Cadastro Único:</p> <p>10.1 Busca Ativa;</p> <p>10.2 Revisão e Auditoria Cadastral</p> <p>11. Programa Bolsa Família</p>
--	---

	<p>11.1 Gestão de Benefícios e outros subtemas</p> <p>11. Condicionais (SICON) *subtemas;</p> <p>12. Instâncias de Controle Social;</p> <p>13. IGD (Índice de Gestão Descentralizada)</p> <p>16. Articulação: SUAS, CADÚNICO, PBF.</p> <p>17. Gestão do CREAS;</p> <p>17.1 Papel e competência;</p> <p>17.2 Processos de trabalho;</p> <p>18. Implantação do CREAS:</p> <p>18.1 Infraestrutura e RH;</p> <p>19. Serviços Tipificados:</p> <p>19.1 Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI);</p> <p>19.2 Serviço Especializado em abordagem Social;</p> <p>19.3 Serviço de Proteção Social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC);</p> <p>19.4 Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias;</p> <p>19.5 Serviço de Acolhimento Institucional;</p> <p>20. População em situação de rua;</p> <p>20.1 Marco Legal e Direitos Socioassistenciais;</p> <p>20.2 Centro POP;</p> <p>21. Organização da Oferta de Serviços;</p> <p>22. Fluxos e responsabilidades;</p> <p>23. Planos Estaduais de Convivência Familiar e Comunitária e de Violência Contra Crianças e Adolescentes;</p> <p>24. Plano Decenal dos Direitos Humanos da Criança e do Adolescente - Estadual;</p> <p>25. Monitoramento, avaliação e controle social.</p>
MODALIDADE	Semi - Presencial
ESTRATÉGIAS	Presencial e EAD

PERCURSO	Gestão do SUAS
SEDE DOS CURSOS	5 macros regionalizadas
PERIODICIDADE	Anual
DATA	2014;2015
PREVISÃO DE VAGAS	1150
CARGA HORÁRIA	180 horas
FONTE FINANCIADORA	FEAS

CURSO 2): Acompanhamento Familiar Intersetorial e Gestão Territorial

PÚBLICO ALVO	Unidade Gestora, Comitês Regionais, Municipais e Locais, na perspectiva da realização do trabalho intersetorial com vistas a superação da vulnerabilidade social das famílias incluídas no Programa Família Paranaense.
OBJETIVO	Capacitar e Instrumentalizar profissionais que atuam no Programa Família Paranaense.
CONTEÚDOS	<ul style="list-style-type: none"> • Programa Família Paranaense; • O que é o Programa; • Marco legal das políticas públicas, que tem interface com o Programa; • Programas, Projetos, Serviços e benefícios de cada política, que podem ser acessados e disponibilizados aos municípios e famílias; • Índices públicos; • IDH; • IDHM • Índice de Gini; • IPDM; • IVF - Índice de vulnerabilidade Social no Estado do Paraná;

	<ul style="list-style-type: none">• CADÚnico:• O que é o CADÚNICO;• PúblicoAlvo;• BuscaAtiva;• Prazos para cadastramento;• Prazos para atualização Cadastral – Condicionalidades;• O CADÚNICO, como fonte identificadora de Famílias elegíveis para o Programa Família Paranaense;• A família o o território onde vive;• A vida na cidade e as vulnerabilidades sociais;• A família no campo e as vulnerabilidades sociais: Comunidades tradicionais, na área urbana, na área rural e suas características e diferentes formas de organizações;• Abordagem Familiar: Abordagem individual; Abordagem com o núcleo familiar Desenvolvimento de trabalhos coletivos como oportunidade de convívio, identificação e desenvolvimento de habilidades e competências• Acompanhamento Familiar:<ol style="list-style-type: none">1. Acompanhamento Familiar no SUS - Sistema Único de Saúde;2. Acompanhamento Familiar no SUAS - Sistema Único de Assistência Social• Acompanhamento Familiar Intersetorial no Programa Família Paranaense;<ol style="list-style-type: none">1. Outros sistemas ou registros das demais políticas públicas que possam contribuir para o acompanhamento família;• Sistema Família Paranaense, como instrumento de vigilância socioassistencial:<ol style="list-style-type: none">1. Planejamento, monitoramento e avaliação, demandas identificadas x demandas atendidas x demandas reprimidas.2. Resultados atingidos nos índices das famílias e nos índices municipais.• Mapeamento do território:<ol style="list-style-type: none">1. Instrumentos para mapeamento das potencialidades locais e regionais;2. Instrumento dos serviços públicos e rede prestadora de
--	---

	<p>serviço - redesocioassistencial e outras se houver no território;</p> <p>3. As potencialidades locais e regionais em favor do desenvolvimento familiar;</p> <p>4. Oferta de políticas públicas;</p> <p>5. A garantia da oferta das políticas públicas na perspectiva da garantia de direitos e superação da condição de vulnerabilidade social;</p> <p>6. A possibilidade de otimizar potenciais locais e regionais x potenciais dos componentes da família, na perspectiva da superação de vulnerabilidade social e sua autonomia;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Processos de relação intersetorial <p>Processos de relação intergovernamental.</p>
MODALIDADE	E.A.D.
ESTRATÉGIAS	E.A.D
PERCURSO	Provimento de Serviços e Benefícios Socioassistenciais
SEDE DOS CURSOS	—
PERIODICIDADE	Única
DATA	2014
PREVISÃO DE VAGAS	1280
CARGA HORÁRIA	180 horas
FONTE FINANCIADORA	FEAS

Patamar Formativo: ESPECIALIZAÇÃO

CURSO 1): Gestão Pública	
PÚBLICO ALVO	Técnicos de nível superior com vínculo efetivo da SEDS.
OBJETIVO	Capacitar Trabalhadores que atuam na política bem como proporcionar maiores conhecimentos por meio dos aportes teóricos referentes ao SUAS.
CONTEÚDOS	1. O Estado e as Políticas Públicas;

	<ol style="list-style-type: none"> 2. A Política Nacional de Assistência Social; 3. Contexto das Políticas de Assistência Social e Erradicação da Pobreza; 4. Planejamento e financiamento da Política de Assistência Social; 5. A concepção e Gestão do SUAS; 6. Organização da Política e funcionamento dos equipamentos de Assistência Social; 7. A identidade profissional dos trabalhadores de Assistência Social: Competências interpessoais; 8. Gestão do trabalho; 9. Gestão da informação monitoramento e avaliação; 10. Formulação e avaliação de programas sociais; 11. Práticas sociais e proteção social; 12. Gestão de programas sociais e integração de redes setoriais e inrtersetoriais.
MODALIDADE	EAD
ESTRATÉGIAS	Em parceria com a SETI, por meio das Instituições de Ensino Superior Estaduais do Paraná.
SEDE DOS CURSOS	5 macros regionais
PERIODICIDADE	Único
DATA	2014;2015
PREVISÃO TOTAL DE VAGAS	100
CARGA HORÁRIA	420 horas
FONTE FINANCIADORA	Tesouro do Estado/FEAS

CURSO 2): Garantia ao Direito à Convivência Familiar e Comunitária (Crianças e Adolescentes)

PÚBLICO ALVO	<ul style="list-style-type: none"> • Conselheiros do Conselho Estadual dos Direitos da Criança
---------------------	---

	<p>e do Adolescente – CEDCA;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Conselheiros do Conselho Estadual de Assistência Social CEAS; • Técnicos das Equipes Regionalizadas da SEDS; • Representantes dos Conselhos Tutelares; • Representantes dos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente; • Técnicos das equipes municipais que executarão a modalidade do Acolhimento Familiar; • Gestor e técnico das entidades de acolhimento que executarão a modalidade de Aprimoramento do Acolhimento Institucional; • Gestor ou técnico dos municípios que executarão a modalidade de Aprimoramento do Acolhimento Institucional (Técnicos de nível superior).
OBJETIVO	<p>Garantir a qualificação das práticas profissionais envolvidas no acolhimento institucional e familiar de crianças e adolescentes, através de um processo de formação continuada, com a participação da rede de atendimento à criança e ao adolescente de todos os municípios do estado do Paraná.</p>
CONTEÚDOS	<ul style="list-style-type: none"> • Relações entre o Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes e o acolhimento institucional ou familiar de crianças e adolescentes; • Reflexões sobre a prática do afastamento familiar no Brasil; • Mecanismos jurídicos; • Adoção centrada no interesse da criança; • Planos Estaduais de Convivência Familiar e Comunitária e de Violência Contra Crianças e Adolescentes; • Plano Decenal dos Direitos Humanos de criança e do adolescente – Estadual; • Fluxos e papéis profissionais: a perspectiva e o limite da ação de cada um; • Modalidades de acolhimento e suas implicações na vida do acolhido.
MODALIDADE	Presencial

ESTRATÉGIAS	Com IES
SEDE DOS CURSOS	5 macros REGIONALIZADAS
PERIODICIDADE	quinzenal
DATA	2015
PREVISÃO TOTAL DE VAGAS	300
CARGA HORÁRIA	360 horas
FONTE FINANCIADORA	FIA

EVENTOS

Evento 1): Comemoração aos 20 anos da LOAS	
PÚBLICO ALVO	Trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social.
OBJETIVO	Comemorar por meio de reflexão conjunta os avanços da LOAS
CONTEÚDOS	LOAS e a PNAS
MODALIDADE	Presencial
SEDE DOS CURSOS	Curitiba
PERIODICIDADE	Único
DATA	01/12/2013
PREVISÃO TOTAL DE VAGAS	800
CARGA HORÁRIA	8 horas
FONTE FINANCIADORA	FEAS

Evento 2): Linhas Gerais do Programa BPC Trabalho	
PÚBLICO ALVO	Técnicos ER's e da SEDS, técnicos dos municípios que aderiram ao programa BPC Trabalho em 2013
OBJETIVO	2013: Implementar o Programa em âmbito Estadual (SEDS é

	parceira com outras Secretarias de Estado); 2014: Capacitar os profissionais que atuam no Programa;
CONTEÚDOS	2013: <ul style="list-style-type: none"> • Linhas Gerais do Programa • Plano Viver sem Limite • Articulação com Programa Nacional de Acesso ao Mundo do Trabalho – ACESSUAS Trabalho 2014: A definir
MODALIDADE	Presencial
SEDE DOS CURSOS	Curitiba
PERIODICIDADE	Anual
DATA	2013;2014
PREVISÃO TOTAL DE VAGAS	120
CARGA HORÁRIA	8 horas
FONTE FINANCIADORA	FEAS

Evento 3): Capacitação dos Centros da Juventude	
PÚBLICO ALVO	Gestores Municipais, Coordenadores Centro da Juventude e Técnicos dos ER's.
OBJETIVO	Capacitar os profissionais envolvidos que atuam nos Centros da Juventude, referente a proposta pedagógica do Programa; Promover a troca de experiências entre os municípios, através da apresentação dos trabalhos desenvolvidos.
CONTEÚDOS	<ul style="list-style-type: none"> • Troca de experiências; • Aprimoramento da metodologia; • Protagonismo juvenil.

MODALIDADE	Presencial
SEDE DOS CURSOS	Centro da Juventude da região metropolitana, podendo ser: Campo Largo ou Pinhais (a definir).
PERIODICIDADE	Anual
DATA	2013;2014
PREVISÃO TOTAL DE VAGAS	240
CARGA HORÁRIA	16 horas
FONTE FINANCIADORA	FEAS/FIA

Evento 4): Alinhamento Conceitual e Metodológico do Programa Adolescente Paranaense

PÚBLICO ALVO	Técnicos do Programa, Técnicos dos ER's e Coordenadores dos coletivos, profissionais da SEDS.
OBJETIVO	2013: Alinhamento conceitual, metodológico do Programa 2014: Capacitação e Avaliação de impacto do Programa
CONTEÚDOS	2013: Alinhamento Conceitual e Metodológico do Programa 2014: A definir
MODALIDADE	Presencial
SEDE DOS CURSOS	Curitiba
PERIODICIDADE	Anual
DATA	2013;2014
PREVISÃO TOTAL DE VAGAS	270
CARGA HORÁRIA	16 horas
FONTE FINANCIADORA	FIA R\$ 200.000,00 (recurso autorizado)

Evento 5): Capacitação do Programa Formando Cidadão

PÚBLICO ALVO	Coordenadores Municipais, Educadores Sociais e Militares, Técnicos dos ER's
OBJETIVO	2013: Implementação do Programa Formando Cidadão; 2014: Capacitar os profissionais que atuam no Programa Formando Cidadão
CONTEÚDOS	<ul style="list-style-type: none"> • Características Gerais do Programa • Política de Assistência Social • Protagonismo Juvenil • Tipificação Nacional dos SCVF
MODALIDADE	Presencial
SEDE DOS CURSOS	Curitiba
PERIODICIDADE	Anual
DATA	2013;2014
PREVISÃO TOTAL DE VAGAS	200
CARGA HORÁRIA	8 horas
FONTE FINANCIADORA	FEAS

Evento 6): Operacionalização da Modalidade AFAI - Atendimento às Famílias com Adolescentes Internados - Programa Família Paranaense

PÚBLICO ALVO	Comitês Regionais, municipais e locais.
OBJETIVO	Instrumentalizar os municípios para o planejamento, implantação e desenvolvimento na modalidade AFAI
CONTEÚDOS	<ul style="list-style-type: none"> • Elaboração de projeto específico;

	<ul style="list-style-type: none"> • Público-alvo; • Localização das famílias; • Procedimento de inclusão; • Busca ativa; • Planejamento de ações individuais e coletivas - ações intersetoriais voltadas as demandas e potencialidades do núcleo familiar; • Fluxos para execução da modalidade.
MODALIDADE	Videoconferência /EAD
SEDE DOS CURSOS	Regionalizadas
PERIODICIDADE	Semestral
DATA	2013;2014
PREVISÃO TOTAL DE VAGAS	1150
CARGA HORÁRIA	4 horas
FONTE FINANCIADORA	FIA

Evento 7): Workshop Família Paranaense	
PÚBLICO ALVO	Unidade Gestora Estadual e Comitês Regionais.
OBJETIVO	Reforçar a importância da atuação intersetorial e interinstitucional, das secretarias e órgãos do Estado junto aos municípios que desenvolvem o Programa Família Paranaense.
CONTEÚDOS	<ul style="list-style-type: none"> • Atualizar informações do Programa às diversas secretarias e órgãos envolvidos com o programa; • Apresentar dados sobre a implantação e execução do programa nos municípios; • Divulgar novas ações e parceiros envolvidos com o programa.
MODALIDADE	Presencial
SEDE DOS CURSOS	Curitiba

PERIODICIDADE	anual
DATA	2014;2015
PREVISÃO TOTAL DE VAGAS	600
CARGA HORÁRIA	8 horas
FONTE FINANCIADORA	FEAS
Evento 8): Encontro Estadual CENTRO POP	
PÚBLICO ALVO	Técnicos da Proteção Social Especial de média complexidade dos CENTROS POP
OBJETIVO	Capacitar e possibilitar um espaço de troca de saberes dos profissionais envolvidos que atuam nas Instituições de Atendimento e Acolhimento á mulheres vítimas de violência. Promover a troca de experiências entre as instituições de Atendimento e Acolhimentos.
CONTEÚDOS	<ul style="list-style-type: none"> • Reflexões sobre a prática do trabalho em instituições que acolhem mulheres no Estado do Paraná; • Articulação em rede; • Estratégias de Promoção para a autonomia, e suporte.
MODALIDADE	Presencial
SEDE DOS CURSOS	Londrina
PERIODICIDADE	anual
DATA	2013;2014;2015
PREVISÃO TOTAL DE VAGAS	180
CARGA HORÁRIA	8 horas
FONTE FINANCIADORA	FEAS

Evento 9): Encontro Estadual das Instituições de Acolhimento de Adolescentes	
PÚBLICO ALVO	Educadores e Técnicos da Proteção Social Especial de média e alta complexidade; Trabalhadores das Instituições de Acolhimento de Adolescentes.

OBJETIVO	<ul style="list-style-type: none"> • Capacitar e possibilitar um espaço de troca de saberes dos profissionais envolvidos que atuam nas Instituições de Acolhimento de Adolescentes, promover a troca de experiências entre as instituições de Acolhimentos. • Promover a autonomia dos adolescentes acolhidos e inserção na vida comunitária e outras políticas públicas (saúde, educação, trabalho, habitação, assistência social, criança e juventude, etc.)
CONTEÚDOS	<ul style="list-style-type: none"> • Criar metodologias de trabalho e necessidades, bem como atuação junto a estes adolescentes partindo de sua própria realidade na perspectiva de construção conjunta (IES/Adolescente/SEDS); • Reflexões sobre a prática do trabalho em instituições que acolhem adolescentes no Estado do Paraná; • Articulação em rede; • Planos Estaduais de Convivência Familiar e Comunitária e de Violência Contra Crianças e Adolescentes; • Plano Decenal dos Direitos Humanos de criança e do adolescente - Estadual; • Estratégias de Promoção do adolescente para o seu protagonismo.
MODALIDADE	Presencial (oficinas)
SEDE DOS CURSOS	Curitiba
PERIODICIDADE	Único
DATA	2014
PREVISÃO TOTAL DE VAGAS	220
CARGA HORÁRIA	16 horas
FONTE FINANCIADORA	FIA

Evento 10): Encontro Estadual - Juízes e Promotores e Defensoria Pública

PÚBLICO ALVO	Promotores, Juízes da Infância, Defensores Públicos, Comissão Estadual de Convivência familiar e Comunitária, CEDCA, CEAS, SEDS
OBJETIVO	<ul style="list-style-type: none"> • Apresentar a Política de Assistência Social e da Criança e

	<p>do Adolescente;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Outros a ser indicado pela Comissão Estadual (TJ/MP/etc.)
CONTEÚDOS	<ul style="list-style-type: none"> • (Diretrizes nacionais e estaduais, Objetivos, Legislações pertinentes as duas políticas; • Direito à convivência familiar e comunitária; • Fluxos e Responsabilidades quanto às MODALIDADES de acolhimento (acolhimento institucional, república, família acolhedora, família extensa, Residência Inclusiva, Centro DIA, Apadrinhamento afetivo), Adoção Tardia; • SAÚDE MENTAL (encaminhamento para acolhimento/PCD, Transtorno mental/Crack e outras drogas - afastamento dos pais sem atendimento/tratamento da criança e/ou adolescentes e/ou família pela saúde/assistentes social); • Outros a ser indicado pela Comissão Estadual (TJ/MP/etc.). • Planos Estaduais de Convivência Familiar e Comunitária e de Violência Contra Crianças e Adolescentes; • Plano Decenal dos Direitos Humanos de criança e do adolescente - Estadual;
MODALIDADE	Presencial
SEDE DOS CURSOS	Curitiba
PERIODICIDADE	Anual
DATA	2013;2015
PREVISÃO TOTAL DE VAGAS	400
CARGA HORÁRIA	16 horas
FONTE FINANCIADORA	FIA

Evento 11): Trabalhando o cadastramento de grupos Tradicionais e Específicos

PÚBLICO ALVO	1ª etapa: Técnicos dos Escritórios Regionais SEDS Representantes Estaduais das Comunidades Tradicionais e Específicas.
---------------------	--

	2ª etapa: Responsáveis no município pelo Cadastro Único, Representantes Municipais dos Indígenas, Quilombolas, Assentados e outros grupos tradicionais ou específicos.
OBJETIVO	<p>1ª etapa: Capacitar os profissionais que irão acompanhar os representantes municipais na videoconferência e elaboração do plano de ação municipal</p> <p>2ª etapa: Aproximar os executores do Cadastro Único do município com os representantes das comunidades tradicionais e específicas, a fim de demonstrar a importância da identificação no Cadastro Único.</p>
CONTEÚDOS	<p>1ª etapa: A importância do cadastramento, Trabalhando com os dados e estimativas, Ação do Estado no incentivo a Busca Ativa.</p> <p>2ª etapa: A importância do cadastramento, Estimativas x Cadastrados, Busca Ativa.</p>
MODALIDADE	<p>Semi - Presencial</p> <ul style="list-style-type: none"> • 1ª etapa: 8 horas • 2ª etapa: 4 horas videoconferência e 4 horas plano de ação
SEDE DOS CURSOS	<ul style="list-style-type: none"> • 1ª etapa: Curitiba • 2ª etapa: 22 regionais de Saúde
PERIODICIDADE	Único
DATA	2014
PREVISÃO TOTAL DE VAGAS	<ul style="list-style-type: none"> • 1ª etapa: 60 Presencial • 2ª etapa: 1100 videoconferência
CARGA HORÁRIA	<ul style="list-style-type: none"> • 8 horas 1ª etapa • 8 horas 2ª etapa
FONTE FINANCIADORA	FEAS

Evento 12): Trabalhando a Intersetorialidade no Programa de Transferência de Renda do Bolsa Família	
PÚBLICO ALVO	<p>1ª etapa: Técnicos dos Escritórios Regionais de Assistência Social, Saúde e Educação.</p> <p>2ª etapa: Assistência Social: Coordenador do Cadastro Único e Coordenador da Proteção Básica, Saúde: Coordenador do PBF na Saúde e Responsável pelas Unidades de Saúde e equipes de ACS.</p> <p>Educação: Coordenador da Frequência Escolar e Responsável pelos diretores de escola.</p>
OBJETIVO	<p>1ª etapa: Capacitar os profissionais que irão acompanhar os representantes municipais na videoconferência e elaboração do Plano de Ação Municipal.</p> <p>2ª etapa: A compreensão da ação setorial e o papel de cada área na gestão do Cadastro Único e Programa Bolsa Família.</p>
CONTEÚDOS	<p>1ª etapa: Cadastro Único, Busca Ativa, Programa Bolsa Família (PBF), Condicionalidades e Acompanhamento Familiar, Sistema Presença, Sistema Saúde no PBF, IGDM.</p> <p>2ª etapa: Cadastro Único, Busca Ativa, Programa Bolsa Família, Condicionalidades e Acompanhamento Familiar, Sistema Presença, Sistema Saúde no PBF, IGDM, Plano de Ação.</p>
MODALIDADE	<ul style="list-style-type: none"> • 1ª etapa Presencial • 2ª etapa Semi-presencial
SEDE DOS CURSOS	Curitiba
PERIODICIDADE	Único
DATA	2014
PREVISÃO TOTAL DE VAGAS	1ª etapa: 154

	2ª etapa: 2.394
CARGA HORÁRIA	24 horas: 1ª etapa -16 horas e 2ª etapa - 8 horas
FONTE FINANCIADORA	FEAS

Evento 13): Atualizando os conhecimentos e superando os desafios	
PÚBLICO ALVO	Coordenadores Municipais e Técnicos envolvidos com a Gestão do cadastro Único e Bolsa Família
OBJETIVO	Orientar sobre novos procedimentos a fim de solucionar problemas/dificuldades de gestão.
CONTEÚDOS	<ul style="list-style-type: none"> • Soluções para o sistema; • Cadastramento dos Usuários; • Senhas; • Folha de Pagamento; • Busca Ativa; • Arquivamentos x Folha resumo; • Revisão x Auditorias Cadastrais.
MODALIDADE	Presencial
SEDE DOS CURSOS	Curitiba
PERIODICIDADE	Anual
DATA	2013;2014;2015
PREVISÃO TOTAL DE VAGAS	200 (80 em 2013, 100 em 2014 e 120 em 2015)
CARGA HORÁRIA	16 horas
FONTE FINANCIADORA	FEAS

Evento 14): Sistema de Gestão do Programa Bolsa Família	
PÚBLICO ALVO	Profissionais envolvidos com o CadÚnico e Bolsa Família
OBJETIVO	Instrumentalizar os Municípios para operacionalização dos

	sistemas que envolvem a Gestão do Programa Bolsa Família.
CONTEÚDOS	<ul style="list-style-type: none"> • SIG PBF; • CECAD; • SICON • Painel de indicadores;
MODALIDADE	EAD
SEDE DOS CURSOS	Curitiba
PERIODICIDADE	Único
DATA	2014 Presencial 2015 EAD
PREVISÃO TOTAL DE VAGAS	1200
CARGA HORÁRIA	16 horas
FONTE FINANCIADORA	FEAS

Evento 15): III Seminário do Sistema Presença - Acompanhamento e Frequência Escolar dos beneficiários do Programa Bolsa Família

PÚBLICO ALVO	Operadores <i>Masters</i> Municipais e Operadores, auxiliares estaduais do sistema presença.
OBJETIVO	Orientar os operadores sobre o funcionamento do programa "Projeto Presença e destacar a importância das ações intersetoriais.
CONTEÚDOS	<ul style="list-style-type: none"> • Funcionalidades de sistema;. • Tabela de Motivos; • Acompanhamento Familiar; • Interdisciplinariedade; • Busca Ativa.

MODALIDADE	Presencial
SEDE DOS CURSOS	Curitiba
PERIODICIDADE	Anual
DATA	2014;2015
PREVISÃO TOTAL DE VAGAS	445
CARGA HORÁRIA	12 horas
FONTE FINANCIADORA	FEAS

Evento 16): Promoção da Alimentação Saudável

PÚBLICO ALVO	Técnicos de Saúde que atuam na área de alimentação e nutrição.
OBJETIVO	A oficina visa capacitar multiplicadores para utilização do álbum seriado O que é vida saudável e disseminar aos usuários, tendo como foco principal os beneficiários do Programa Bolsa Família o curso de "Promoção da Alimentação Saudável".
CONTEÚDOS	<ul style="list-style-type: none"> • PENAN; • 10 passos para alimentação saudável; • intersetorialidade; • Busca Ativa.
MODALIDADE	Presencial
SEDE DOS CURSOS	Curitiba
PERIODICIDADE	Anual
DATA	2014;2015
PREVISÃO TOTAL DE VAGAS	180
CARGA HORÁRIA	16 horas
FONTE FINANCIADORA	FEAS

Evento 17): Evento Estadual sobre a Mulher em Situação de Violência

PÚBLICO ALVO	Técnicos da Proteção Social Especial de média e alta complexidade; Trabalhadores das Instituições de Atendimento e Acolhimento de mulheres vítimas de violência.
OBJETIVO	<ul style="list-style-type: none"> • Capacitar e possibilitar um espaço de troca de saberes dos profissionais envolvidos que atuam nas Instituições de Atendimento e Acolhimento a mulheres vítimas de violência. • Promover a troca de experiências entre as instituições de Atendimento e Acolhimentos.
CONTEÚDOS	<ul style="list-style-type: none"> • O Estado, a sociedade e as políticas públicas - Conhecimentos gerais necessários à abordagem da questão de gênero e ao enfrentamento da violência contra as mulheres; • Marcos lógicos e legais - Lei Maria da Penha, legislação nacional referente à mulher, convenções internacionais e projetos de lei; • Gênero: análise histórica - Conceito de gênero, mitos e estereótipos quanto à violência doméstica e sexual; • Tipos e Ciclos da Violência Doméstica - As consequências da violência - Saúde geral, Educação e Saúde da mulher - Proteção social, direitos sexuais e reprodutivos, tráfico de mulheres, entre outros.
MODALIDADE	E.A.D - Videoconferência
SEDE DOS CURSOS	Macro
PERIODICIDADE	Única
DATA	2013
PREVISÃO TOTAL DE VAGAS	300
CARGA HORÁRIA	4 horas
FONTE FINANCIADORA	FEAS

Evento 18): Boas Práticas na Gestão do Cadastro Único e Programa Bolsa Família

PÚBLICO ALVO	Gestores e profissionais envolvidos na gestão do CadÚnico e Bolsa Família
OBJETIVO	Apresentar os experimentos exitosos de gestão

CONTEÚDOS	Busca Ativa Condicionalidades e Acompanhamento Familiar Estimativas Intersetorialidade Cadastramento de Grupos Específicos IGDM
MODALIDADE	Presencial
SEDE DOS CURSOS	Curitiba
PERIODICIDADE	Único
DATA	2015
PREVISÃO TOTAL DE VAGAS	800
CARGA HORÁRIA	16
FONTE FINANCIADORA	FEAS

Evento 19): Encontro com os novos Conselheiros Estaduais de Assistência Social	
PÚBLICO ALVO	Conselheiros Estaduais de Assistência Social
OBJETIVO	Propor momento para trocas de experiência entre os conselheiros antigos e os novos, apresentar a estrutura (comissões e plenária) do CEAS.
CONTEÚDOS	Legislações referente ao Conselho de Assistência Social
MODALIDADE	Presencial
SEDE DOS CURSOS	Curitiba
PERIODICIDADE	Único
DATA	2014
PREVISÃO TOTAL DE VAGAS	60
CARGA HORÁRIA	8 horas

FONTE FINANCIADORA	FEAS

8. METODOLOGIA

As ações de Capacitação e Educação Permanente serão executadas a partir de procedimentos padronizados, com a premissa do Controle Social. Todo o processo de execução será acompanhado pela equipe de referência da ação de Capacitação, bem como pela COGET.

Os participantes do processo de capacitação e educação permanente, em momentos específicos, serão mobilizados e sensibilizados para atuarem como multiplicadores nas suas regiões, articulados com os representantes do FOREAS e do FETSUAS.

A execução dos cursos propostos neste plano será de responsabilidade das Instituições contratadas pela SEDS, a partir do processo licitatório. Poderão concorrer, de acordo com a categoria de capacitação, as Instituições de Educação e Ensino Superior, as empresas especializadas em capacitação no âmbito das políticas públicas e empresas organizadoras de evento. Para cada ação de capacitação será elaborado Projeto Pedagógico que contemple os seguintes itens: identificação do curso, público-alvo, objetivos, conteúdos, coordenações envolvidas, modalidade, estratégias, percurso formativo, sede dos cursos, periodicidade, data de realização, vagas, carga horária e fonte financiadora. Após a elaboração do referido projeto deverá ser submetido a aprovação pelo CEAS.

Outro instrumento importante para o bom desempenho do PEC será o relatório de execução do curso. Este relatório conterá os seguintes itens: apresentação, público-alvo com o segmento e número de participantes desejado e realizado, grade programática e carga horária planejadas e executadas, cronograma, recursos, recursos financeiros, avaliação dos alunos referente ao curso, avaliação dos professores referente ao curso e os alunos, avaliação dos escritórios regionais da SEDS, avaliação final da unidade administrativa da SEDS responsável pela gerência do curso e síntese dos depoimentos de alunos durante a realização do curso. Esse relatório se faz necessário para que possamos avaliar os resultados de cada curso ofertado.

Para executar os cursos, a SEDS conta com a parceria da Escola de Governo, órgão ligado à Secretaria de Estado da Administração e Previdência do Paraná. Além do suporte técnico na organização das ações de capacitação, a EG-SEAP possibilita à SEDS a utilização de um Sistema Integrado de Formação e Desenvolvimento de Recursos Humanos. Esta plataforma virtual permite ampla

divulgação e acesso às inscrições para cada um dos cursos, conferindo à gerência do curso a possibilidade de visualização de uma série de informações dos cursistas no ato da inscrição, a fim de garantir o estrito atendimento ao público-alvo planejado.

Este Sistema ainda contribui para o controle de frequência, registro de informações sobre o ementário e sobre os instrutores e administra a emissão de certificados. Com isso, garante-se um processo de certificação válido para fins de progressão funcional, entendendo o processo de formação de maneira articulada com a valorização do trabalhador, sob o ponto de vista da carreira profissional.

Além da utilização do sistema, outros procedimentos serão adotados para que os processos de inscrição e certificação contribuam para o atendimento aos objetivos desse Plano, ou seja, a ampla oferta de ações de capacitação para os trabalhadores do SUAS no Paraná.

Destaca-se ainda a parceria com a Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - SETI para a realização de um dos cursos de Especialização descritas neste Plano. Onde estaremos a disposição para futuras parcerias além dessas já existentes no decorrer da execução dos cursos previstos neste Plano.

Sendo assim, para conferir a maior abrangência possível às ações de Capacitação da SEDS, uma primeira iniciativa foi a proposta de distribuição de vagas para atenção ao Programa Nacional de Capacitação do SUAS – CapacitaSUAS., aprovada pela CIB em 05 de dezembro de 2012 (Resolução n.º 17/12) e pelo CEAS em 7 de dezembro de 2012 (Deliberação n.º 074/12). Esta proposta levou em conta o porte populacional na definição de vagas por município.

Para definição das vagas ofertadas no PEC, a SEDS pretende avançar na utilização de outros indicadores para permitir uma distribuição de vagas ainda mais assertiva. Para além da questão “porte populacional”, espera-se utilizar o indicador referente ao número de trabalhadores atuantes no SUAS em cada município, com base no CENSO SUAS e no CadSUAS. Ainda, observar-se-á quantos destes profissionais atuam em cada nível de proteção social (básica e especial) e no órgão gestor, a fim de se ofertar uma maior quantidade de vagas para os municípios que desempenham serviços afetos aos temas de cada curso.

Neste sentido os cursos terão as vagas definidas em quantidade

correspondente ao número de trabalhadores. Ou seja, em acordo com o percentual de trabalhadores de cada município, em comparação ao total de trabalhadores do SUAS no Estado, o município será contemplado com um determinado patamar de vagas. **Os patamares serão definidos a cada curso**, levando-se em conta o volume total de vagas a serem disponibilizadas.

Serão considerados os percentuais em acordo com o nível de proteção, equipamento ou serviço ao qual cada curso se destina. Ainda, observa-se que será garantido o número mínimo de uma vaga por município por curso, a não ser que o município não disponha de trabalhadores no nível de proteção ou equipamento ao qual o conteúdo do curso se destine.

No caso de desistência de participante antes do início do curso, a vaga não ocupada será disponibilizada a outro servidor do mesmo município que atue no mesmo nível de proteção ou equipamento ao qual o conteúdo do curso se destine. Caso este município não disponha de trabalhador ou não tenha possibilidade/interesse em participar do curso, a vaga será destinada ao servidor de outro município que apresenta oficialmente interesse em participar, levando sempre em consideração os critérios elencados abaixo :

- Atualização do CadSUAS em 2012;
- Equipes de Referência completas;
- Mais de 50% de servidores efetivos, em acordo com o CadSUAS;
- Vagas remanescentes serão ofertadas a municípios que aderiram ao Programa Família Paranaense.

Desta forma, pretendemos preencher todas as vagas disponibilizadas nos cursos planejados, aproveitando ao máximo os recursos públicos despendidos para oferta de capacitação. Para tanto, estabelece-se um **Termo de Compromisso** a ser assinado pelo gestor municipal no ato da inscrição dos trabalhadores, pelo qual o Município se compromete em possibilitar ao cursista a participação integral do curso, dispensando-o de outras atividades no período e garantindo condições de deslocamento, quando necessário.

Além de garantir a participação integral do trabalhador no curso inscrito, o Termo de Compromisso irá dispor que o trabalhador seja estimulado a multiplicar os conhecimentos adquiridos no curso em seu trabalho poderá ser convidado, com

até um ano após a execução do curso, a participar da **Oficina de Avaliação do PEC**.

Ainda, em acordo com orientações da PNEP, será dada prioridade aos trabalhadores que possuam vínculo formal (seja este comissionado ou celetista, mas, preferencialmente efetivos) com o Estado, Município ou Entidades que desenvolvem Serviços Sociassistenciais.

9.FINANCIAMENTO

A seguir, elencam-se as fontes pagadoras das ações de capacitação previstas neste Plano para o período de 2013 à 2014:

Fundo Estadual para Infância e Adolescência - FIA

Fonte	Descrição	Valor
131	Estrutura de Capacitação	R\$ 1.350.000,00
131	Palestrante	R\$ 151.710,00

Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS

Fonte	Descrição	Valor
281	IGD Bolsa família	R\$ 1.032.801,18
281	IGD/SUAS - Palestrante	R\$ 50.000,00
257	Detran - Palestrante	R\$ 50.000,00
257	Detran	R\$ 397.671,92
281	CAPACITASUAS - MDS	R\$ 1.534.949,67
	Total	R\$ 3.065.422,77

Total:FIA + FEAS	R\$ 4.567.132,77
-------------------------	-------------------------

Destaca-se que além dos recursos financeiros alocados no FEAS e no FIA, poderão ser executado recursos do Tesouro Estadual, no custeio de despesas como: passagens e diárias dos servidores estaduais e pagamento de professores e outros de acordo com a necessidade.

Os recursos utilizados para o período 2014 à 2015 necessitam definição e de deliberação do Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS e do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDCA.

10. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Para garantir a efetividade das ações de capacitação, ou seja, para que os cursos e demais ações formativas desenvolvidos pela SEDS atinjam o objetivo de valorizar o trabalhador e aprimorar a execução dos serviços socioassistenciais, é necessário que o planejamento dessas atividades se atente a dois fatores imprescindíveis: o diagnóstico referente à situação dos trabalhadores do SUAS no Estado; e as diretrizes nacionais da Gestão do Trabalho presentes na Norma Operacional Básica (NOB- SUAS/ 2012) e na Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS (NOB-RH/2006).

Sendo assim, as informações recolhidas dos Planos Municipais de Assistência Social, além dos dados registrados nos aplicativos CadSUAS (Cadastro de Entidades, Entes Federativos e Trabalhadores do SUAS) e Censo SUAS, colaborarão para o estabelecimento de um panorama estadual quanto ao número de trabalhadores atuantes no SUAS, no vínculo funcional, a lotação em que se encontram, formação acadêmica e participação em ações de capacitação anteriores. Com isso pode-se eleger uma gama de cursos a serem desenvolvidos que venham a responder às necessidades dos trabalhadores, atendendo aos temas nos quais se detectem maiores carências e desafios.

Nesse sentido, os processos de monitoramento e avaliação das capacitações são fundamentais para analisar se os recursos e esforços despendidos estão sendo assertivos no cumprimento dos objetivos.

Para efeitos desse PEC, entendem-se os processos de monitoramento e avaliação como essenciais no suporte à tomada de decisão e ao planejamento, “fornecendo informações a respeito de tendências e mudanças, sobre o que está funcionando ou como as atividades podem ser melhores ajustadas” (Abbot, 1999).

Em outras palavras, considera-se o monitoramento como o processo constante de análise das ações desempenhadas, que se dá concomitantemente à execução do PEC. A cada curso realizado, a observação dos acertos e dificuldades possibilitará a “correção de rumos” para eventuais alterações que se façam necessárias nos fluxos e procedimentos da SEDS. É importante observar que a

avaliação de cada curso constituirá o processo de *monitoramento* do Plano Estadual de Capacitação como um todo.

Já o processo de avaliação do PEC acontecerá ao final de cada ano de cursos, seguido de uma avaliação geral no encerramento do período de vigência do PEC. Comparando-se os resultados obtidos com os objetivos almejados, poderá se verificar a assertividade das ações desenvolvidas, com vistas à manutenção, supressão ou modificação dos métodos empregados nos anos subsequentes.

Para que estes processos acima citados se concretizem, a cada curso ministrado pela SEDS, diversos aspectos serão monitorados.

O primeiro deles diz respeito às questões logísticas e operacionais das capacitações, especialmente quanto há a contratação de empresas de qualquer natureza pra fornecimento de produtos e serviços necessários à realização dos cursos. Os procedimentos administrativos da SEDS instituem a necessidade de indicação de um *fiscal* do contrato, o qual deverá estar presente no local do evento para verificar se todos os itens disponibilizados condizem com as previsões.

Além disso, uma das fontes de dados mais importantes serão as ***Avaliações de Reação***. Entregues ao final de todos os cursos, estes questionários permitirão aos participantes avaliar os conteúdos desenvolvidos, métodos e técnicas utilizadas e a atuação do instrutor.

Em tais formulários, os cursistas serão questionados quanto à carga horária, grade programática e recursos (localização, adequação do local ao curso e condições de acessibilidade). Os critérios avaliados em relação a cada palestrante serão: Clareza e objetividade ao transmitir conteúdos; Abordagem prática; Perguntas respondidas de forma completa e clara; Metodologias e técnicas de ensino utilizadas.

Além disso, os referidos documentos contam com duas questões abertas, sendo a primeira: “Principais encaminhamentos da capacitação” (ou seja, no que os conteúdos ministrados serão úteis para a prática profissional dos participantes) e a segunda: “Considerações” (a fim de que sejam registradas sugestões, críticas e comentários gerais que eventualmente não tenham sido contemplados nas outras questões).

A compilação dos resultados destas avaliações de reação será somada a outras análises para formulação do relatório final de cada curso. São elas: avaliação da execução financeira (que verificará a relação entre os recursos planejados e efetivamente executados do curso); formulários de avaliação a serem preenchidos pelos instrutores do curso; bem como questionário de avaliação preenchido pela *Unidade Gerente* do curso (Coordenação ou Unidade Técnica da SEDS).

Aos instrutores, perguntar-se-á sobre: o processo de convite para realização do curso, a qualidade das informações prestadas pela unidade gestora, a participação dos cursistas nas atividades propostas, grade programática, recursos, localização e carga horária.

A unidade gerente do curso procurará registrar suas impressões quanto aos processos de *Gestão* e *Execução* do curso; sobre os aprendizados obtidos com a realização do mesmo; além de sugestões para melhorar a qualidade do curso.

A reunião destas informações será apresentada ao Conselho Estadual de Assistência Social logo da conclusão de cada curso, conferindo publicidade aos processos de trabalho da SEDS na lógica do Controle Social.

Também será pautado no CEAS, ao final de cada ano de execução do PEC, um Relatório Sintético de todas as ações de capacitação realizadas no referido período, contendo o número de vagas ofertadas; o número de trabalhadores capacitados; os recursos previstos e executados; bem como dados sobre a avaliação dos cursistas quanto à qualidade dos eventos.

Outra estratégia de avaliação a ser adotada é a realização de oficinas com a participação de trabalhadores que foram capacitados em uma ou mais ações deste PEC selecionados de forma aleatória. Tais oficinas terão como objetivo avaliar a execução do PEC, além de mensurar os impactos proporcionados pelas ações de capacitações, a partir de instrumental específico para este fim. Sua realização terá periodicidade semestral nas cinco macros regionais do Estado.

Ainda, no encerramento do período de vigência do PEC, será produzido um relatório final. Este não se limitará apenas à compilação dos relatórios sintéticos anuais e as avaliações individuais dos cursos, mas contará também com uma análise das discussões realizadas nas oficinas, além da reflexão crítica referente a

todo o processo de capacitação dos trabalhadores do SUAS no Estado, a fim de identificar avanços e desafios para os próximos planejamentos.

Por fim, vale lembrar que outros procedimentos e instrumentos da SEDS contribuirão para o processo de monitoramento do PEC, tais como o Relatório de Gestão Estadual do SUAS – documento apresentado anualmente ao CEAS, e o Contrato de Gestão – firmado entre Governador e Secretários de Estado. Em ambos os documentos, a indicação das ações de capacitação como metas a serem cumpridas e a constante monitoramento dessas ações garantem uma atenção constante ao planejamento da SEDS no que se refere à Gestão do Trabalho no SUAS.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABBOT, Joanne; GUIJT, Irene. *Novas Visões Sobre Mudança Ambiental: Abordagens Participativas de Monitoramento*. Rio de Janeiro: AS-PTA: IIED, 1999.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social - PNAS/2004 . Norma Operacional Básica - NOB/SUAS**. Brasília: 2005, Reimpresso em 2010.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS - NOB - RH/SUAS**. Brasília: 2007, Reimpresso em 2011.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social . **Censo SUAS 2011**. Brasília: 2011.

CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. **Norma Operacional Básica do SUAS**. Resolução nº 33 de 12 de dezembro de 2012.

CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. **Política Nacional de Educação Permanente do SUAS**. Resolução nº 04 de 13 de março de 2013.

BELLONI, Maria Luiza. Educação a distância e inovação tecnológica. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, Mar. 2005 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462005000100010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 16 de maio de 2013. <http://dx.doi.org/10.1590/S1981-77462005000100010>.

FERREIRA, et al. *Formação Continuada e Gestão da Educação*. São Paulo: Cortez, 2003.

FREITAS, Isa Aparecida. ***Trilhas de Desenvolvimento Profissional: Da Teoria à Prática.***
In: Anais do 26º ENANPAD. Salvador: ANPAD, 2002.

GHEDINE, Tatiana; TESTA, Maurício Gregianin; FREITAS, Henrique Mello Rodrigues de. Educação a distância via Internet em grandes empresas brasileiras. **Revista Administração de Empresas**, São Paulo, v. 48, n. 4, Dec 2008 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75902008000400005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 16 de maio de 2013. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-75902008000400005>.

JAPIASSÚ, H; MARCONDES, D. ***Dicionário de Filosofia.*** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001

KNECHTEL, Maria do Rosário. ***Educação Permanente: Da Reunificação Alemã a Reflexões e Práticas no Brasil.*** 2.ed. Curitiba: Ed. da UFPR, 1995.

PETRAGLIA, Izabel Cristina. ***Interdisciplinaridade: O Cultivo do Professor. Pioneira: Universidade São Francisco. São Paulo, 1993.***

ANEXO

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

SECRETARIA DE ESTADO DA FAMÍLIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL –

SEDS

COORDENAÇÃO DE GESTÃO DO SUAS – CGS

RELATÓRIO GLOBAL DE CAPACITAÇÕES – 2012

Curitiba, 04 de dezembro de 2012



Professora Silvane Siqueira e Técnicas do Escritório Regional de Toledo da SEDS com turma de capacitandos do Curso Controle Social no SUAS – Toledo- PR, 14 a 16 de agosto de 2012.

A Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social – SEDS, comprometida com a qualificação e valorização dos trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social, construiu, ainda em 2011, o Plano Estadual de Capacitação 2012-2015 para trabalhadores e, demais atores da Política de Assistência Social.

O referido Plano foi constituído a partir da necessidade de identificação das reais demandas e dificuldades para a consolidação dos serviços socioassistenciais no Estado. Para tal, foram observadas dificuldades, potencialidades e oportunidades presentes na execução e gestão da Política de Assistência Social no âmbito municipal, regional e estadual que demandam

processos formativos e orientativos. Serviram como bases de dados para estas informações o Censo SUAS, o Sistema Estadual de Monitoramento, o Sistema de Elaboração dos Planos Municipais de Assistência Social, os Relatórios de Gestão Municipais e o Relatório de Gestão Estadual 2003-2010.

Sendo assim, considerando os preceitos da Norma Operacional Básica do SUAS (NOB-SUAS 2005) e da NOB-RH (2006) que apontam a responsabilidade do Estado na instituição de ações de capacitação como um processo sistemático e continuado, participativo e descentralizado, com vistas ao desenvolvimento de habilidades e capacidades técnicas e gerenciais, bem como ao efetivo exercício do controle social e ao empoderamento dos usuários para aprimoramento da Assistência Social como Política Pública, ressalta-se a constante participação da Comissão Intergestores Bipartite -CIB e do Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS, na apreciação, pactuação e deliberação, acerca dos cursos e, demais ações de capacitação executados.

Conforme tabela em anexo, identifica-se que a SEDS investiu, em 2012, mais de um milhão e trezentos mil reais em ações de capacitação no âmbito do SUAS (mais precisamente R\$ 1.354.386,32) nas modalidades presencial e Educação à Distância. Foram, no total, quinze ações, entre cursos, seminários, oficinas e mobilizações.

Com relação aos temas, elencam-se: A Política de Assistência Social e a Gestão do SUAS; Capacitação para a operacionalização e gestão do Cadastro Único, em interface com o Programa Bolsa Família; Enfrentamento ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes; Controle Social no SUAS; Gestão dos Centros de Referência de Assistência Social; Gestão dos Centros de Referência Especializados de Assistência Social e do Programa Liberdade Cidadã; Orientações técnicas para atuação profissional nos Centros da Juventude; Enfrentamento ao Trabalho Infantil; gestão, operacionalização e expansão do Programa Família Paranaense.

O público-alvo atingido contemplou trabalhadores e gestores da Política de Assistência Social nos âmbitos Estadual e Municipal, conselheiros municipais e estaduais de assistência social e demais colaboradores do controle social, técnicos dos Escritórios Regionais da SEDS, gestores e demais administradores das Prefeituras Municipais, operadores e entrevistadores do CadÚnico.

No tangente ao número de vagas, foram ofertadas 6.174 (seis mil, cento e setenta e quatro) vagas, com 4.771 (quatro mil, setecentos e setenta e um) participantes certificados, o que corresponde a um total de 77,28% aproveitamento. Ressalta-se que 7,5% destes participantes foram técnicos das

Equipes Regionalizadas da SEDS, que prestam monitoramento, orientação e assessoria técnica diretamente às equipes municipais gestoras da Assistência Social.

Além disso, no primeiro ano de existência da SEDS, efetivaram-se diversas parcerias extremamente positivas para o desenvolvimento de ações de capacitação, as quais deverão ser mantidas e aprofundadas para os próximos exercícios. A primeira delas se deu com a Escola de Governo, da Secretaria de Estado da Administração e Previdência. Esta instituição disponibilizou sistema informatizado para gestão das inscrições e certificações, facilitando em muito estes processos de trabalho.

Também realizou-se parceria com o Instituto Federal do Paraná, que cedeu sua tecnologia de transmissão voltada para Educação à Distância, o que oportunizou o alcance de teleaulas para 23 municípios do Estado.

Outra estratégia de capacitação que só foi possível graças ao estabelecimento de parcerias foram as reuniões através de webconferências, que serviram como importantes instrumentais para o repasse de informações técnicas referentes ao SUAS e a gestão da SEDS. Através da Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos - SEAE, foi desenvolvida cooperação técnica com a Companhia de Informática do Paraná - CELEPAR para execução de quatorze Webconferências, as quais contaram com um público total de 7023 (sete mil e vinte e três) expectadores. Foram temas concernentes: Sistema Integrado de Transferências - SIT e Central de Viagens do Governo do Estado; Planos Municipais de Assistência Social; Programa Família Paranaense; BPC na Escola; Financiamento no SUAS; Instâncias de Pactuação e Controle Social; Enfrentamento ao Trabalho Infantil; Programa Liberdade Cidadã (Medidas Socioeducativas em Meio Aberto); Monitoramento e Avaliação no SUAS; CRAS, PAIF e Equipes Volantes.

Para 2013, já estão previstos mais cursos, com os seguintes temas: Acolhimento institucional (Programa Crescer em Família), Enfrentamento à Violência contra Crianças e Adolescentes, Desafios Contemporâneos do SUAS, Serviços Tipificados da Proteção Social Básica, Introdução ao Provimento dos Serviços e Benefícios Socioassistenciais do SUAS e à Implementação de Ações do Plano Brasil Sem Miséria (CapacitaSUAS), Atualização em Gestão Financeira e Orçamentária do SUAS (CapacitaSUAS). As referidas capacitações, com um investimento previsto de R\$ 2.293.578,00 (dois milhões, duzentos e noventa e três mil, quinhentos e setenta e oito reais) serão ofertadas para um total de 4800

participantes, entre técnicos prestadores de serviços tipificados, conselheiros de assistência social e trabalhadores da gestão do SUAS no Município e no Estado.

Além destas ações, mais atividades de capacitação serão planejadas e executadas pela SEDS para atender às previsões do PEC e as demandas do Estado e Municípios, em um processo contínuo de diálogo com as gestões municipais da Assistência Social e as instâncias de controle social do Estado.